

A LUSITÂNIA ENTRE ROMANOS E BÁRBAROS

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
M. CONCEIÇÃO LOPES
PEDRO C. CARVALHO

[COORD.]



COIMBRA | MANGUALDE | 2016

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros

COORDENAÇÃO

José d'Encarnação

M. Conceição Lopes

Pedro C. Carvalho

CAPA

José Luís Madeira

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

José Luís Madeira

EDIÇÃO

Instituto de Arqueologia | Secção de Arqueologia
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

IMPRESSÃO

Sersilito, empresa gráfica, lda

ISBN

978-972-9004-31-5

DEPÓSITO LEGAL

TIRAGEM

500 exemplares



In Memoriam

VENTO E ARAGEM

Essa, a sensação: o João chegou, parou uns momentos e... abalou!
Se foi vento, por tudo abarcar e depressa, também foi aragem - na intensa
vivência serena de cada momento.

A realização desta mesa-redonda prova a sua tenacidade no cumprimento
- difícil! - de um compromisso assumido.

Honra ao mérito!

Requiescat in pace!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

O FINAL DO MUNDO ROMANO:
(DES)CONTINUIDADE E/OU (IN)VISIBILIDADE DO REGISTO
NAS PAISAGENS RURAIS DO INTERIOR NORTE DA LUSITÂNIA

Pedro C. Carvalho

CEAACP

Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra

pedrooak@gmail.com

Resumo

Com base tanto nos trabalhos de prospeção como de escavação efetuados na Beira Interior nos últimos anos, procura-se rastrear os traços que permitirão esboçar as paisagens rurais e sociais no final do período romano no interior norte da Lusitânia. A partir do conjunto de dados conhecido (e intuído) discute-se sobretudo a questão mais complexa da continuidade/transformação *vs* rutura que a diversos níveis se pode colocar para esta região específica no período pós-romano.

Abstract

(Dis)continuity and/or (in)visibility of records/traces in rural landscapes of the northern interior of Lusitania. Based on work of prospecting and excavation carried out in the area of Beira Interior (Portugal) in recent years, the author seeks to identify the traces that allow us to make a sketch of the rural and social landscapes

in the northern interior of Lusitania at the end of the Roman period. On the basis of already known (or inferred) data, the paper focuses on the discussion of the more complex issue of continuity/transformation vs. rupture that can be raised at several levels for this particular region in the post-Roman period.

Palavras-chave: Beira Interior, Povoamento, Antiguidade Tardia, Suevos, Visigodos.

Keywords: Beira Interior, Settlement, Late Antiquity, Suevi, Visigoths.

1. Considerações iniciais

O tempo que decorre entre os séculos IV/V d.C. e a passagem para o século VIII d.C., que corresponde historicamente ao último século do Império Romano, aos reinos suevo e visigodo e à fase imediatamente anterior ao início do califado, será aqui objeto de análise, tendo em conta, sobretudo, os resultados dos trabalhos de campo efetuados nos últimos anos na Beira Interior¹. Este tempo, centrado na segunda metade do séc. V e nos séculos VI e VII, que decorre entre a chegada dos povos germânicos / colapso do Império Romano e o início de um outro ciclo de transformações significativas que se seguiu à conquista da Península Ibérica pelos Muçulmanos, não tem merecido a mesma atenção por parte dos investigadores que trabalham estes territórios mais setentrionais e interiores da até então província romana da Lusitânia (Fig. 1). Na verdade, antes de mais, nesta região desconhece-se o padrão de povoamento, as características da ocupação ou da arquitetura doméstica rural deste período – lacunas que se entendem num quadro de investigação mais lato, no qual o impacto gerado pela queda do Império Romano do Ocidente não se encontra ainda avaliado em profundidade;

¹ Centraremos a nossa análise sobretudo na área compreendida entre a zona de Idanha-a-Velha e da Guarda, ainda que alarguemos um pouco a escala de análise a outras regiões em torno da Estrela e a caminho do Douro, com o intuito de captar eventuais regularidades ou dissemelhanças. Perpetivaremos também este período e temática partindo da plataforma de informações arqueológicas que recolhemos na região sobretudo para o período romano.

assim como o grau das transformações ocorridas, nomeadamente em termos sociais e económicos, não se encontra regionalmente devidamente estimado.

A investigação em território nacional tem incidido mais no sul e no litoral, focando-se em alguns centros urbanos e nos seus aspetos mais monumentais (como os espaços religiosos), nos seus elementos artísticos e nos padrões de importações, conferindo-lhes uma dimensão que nos parece, à partida, ser pouco compaginável com este outro mundo das regiões interiores e mais montanhosas. E tem sido com base nessa outra realidade (e/ou na escassa documentação escrita²) que este período por vezes tem sido caracterizado, procurando replicar-se certos modelos criados em circunstâncias e ambientes distintos, tendendo para a generalização de cenários e ignorando-se ou subvalorizando-se a possibilidade de caracterizações regionais claramente diferenciadas.

No interior norte da Lusitânia, como em muitas outras regiões, os campos em época romana seriam densamente povoados e cultivados (CARVALHO, 2010 a, b) (Fig. 2)³. As prospeções, sobretudo quando sistemáticas, parecem revelá-lo – não obstante as dificuldades em fixar com alguma precisão a amplitude cronológica de muitos lugares, sobretudo daqueles que se revelam por escassos vestígios de superfície. Por sua vez, para a época que imediatamente se segue, os dados escasseiam ou primam mesmo pela total ausência – e as escassas fontes documentais (silenciosas a este respeito) não ajudam de forma alguma a preencher esta lacuna.

Nestes tempos que atravessam a Antiguidade Tardia e mergulham na Alta Idade Média, o registo arqueológico modifica-se. Estas alterações parecem denunciar que, a dado momento, terão ocorrido expressivas mudanças. Mas essas mudanças configurarão então um novo modelo de povoamento? O que aconteceu no interior norte da Lusitânia durante o período pós-romano? Nestas regiões mais montanhosas, afastadas do litoral

² As diferentes interpretações que suscitam os textos dos autores clássicos tanto têm sido utilizadas para argumentar no sentido do colapso abrupto dos modos de vida (face a um cenário apocalíptico de saques e destruições) como do seu simples e progressivo ajustamento a um novo tempo (mantendo-se, por exemplo, os contactos comerciais e culturais entre os reinos bárbaros ocidentais e o Império Romano do Oriente). Seja como for, independentemente dos possíveis exageros e de pontos de vista comprometidos, estes relatos que propalavam mesmo uma ideia de final dos tempos – marcados por momentos muito críticos, traumáticos mesmo para certas populações – não deixam de denunciar uma viragem no rumo da história (cf., entre outros: GARCÍA MORENO, 1976).

³ Neste mapa (OSÓRIO, no prelo – adaptado) com a distribuição de sítios da época romana na parte ocidental da Serra da Estrela (centrado na Cova da Beira, mas abrangendo uma área compreendida entre a zona da Guarda e a parte norte de Idanha), a maior ou menor densidade de vestígios também resultará do grau de intensidade das prospeções – neste mapa, resultante fundamentalmente de vários trabalhos de prospeção, não se consegue ultrapassar uma outra limitação que encerra: a presunção de que todos os sítios são contemporâneos.

e das vias marítimas, assim como dos centros de poder político e religioso da época, como se caracterizará esta etapa centrada nos séculos VI e VII? Sítios rurais, povoamento e propriedade da terra, comércio e padrões de vida, relações de poder, entre outros temas, de que forma é que podem ser perspetivados? A partir do séc. V ter-se-á assistido a uma transformação, no sentido de acomodação e ajustamento progressivo a um mundo novo, ou poderemos antes utilizar termos menos neutros e mais incisivos como quebra ou rutura, ou mesmo declínio, contrariando de certa forma a ideia de evolução na continuidade?

Estas são algumas das questões centrais que não têm sido suficientemente debatidas para esta região. Explicá-lo-á, à partida, a insuficiência ou mesmo a ausência de dados. A dificuldade em registá-los e em interpretá-los também. No entanto, são questões fundamentais para se entender um largo período, o arranque de quase outro meio milénio da nossa história, entre aquele outro meio milénio que é marcado pelo domínio romano e o tempo que depois conduzirá à formação da nacionalidade.

2. Os dados: o que se (des)conhece

Compilemos, então, a informação publicada. Começemos pela Cova da Beira: aqui os indicadores cronológicos conhecidos, resultantes de escavações, mostram que a generalidade dos sítios romanos terá sido abandonada nos séculos IV/V d.C. Com efeito, o importante e singular sítio de Centum Celas (Belmonte) ainda que tenha sido ampliado na segunda metade do séc. III ou inícios do séc. IV, parece não revelar testemunhos de uma ocupação no período imediatamente posterior (FRADE, 2005: 256-257, Est. 2 e 3)⁴. A quinta romana de Terlamonte (Covilhã), por sua vez, revela um abandono mais precoce, tendo este ocorrido, provavelmente, durante o séc. III, ainda que tenha conhecido uma esporádica ocupação posterior (CARVALHO, 2007b). Na quinta romana da Caverna (Fundão) também não se encontraram indícios de uma ocupação posterior ao séc. IV/V⁵ o mesmo se registando na *villa* (ou *vicus*?) da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão) (ROSA e

⁴ Depois desta fase de remodelação os vestígios que se seguem datarão já do séc. VIII-IX(?), associados às sepulturas escavadas na rocha mais antigas (FRADE, 2005). Este sítio continua a ser habitado na Idade Média – em 1194 será povoação beneficiada com um foral.

⁵ Este lugar que interpretamos como quinta, escavado por nós em 2006 (com o apoio da Câmara Municipal do Fundão), posiciona-se num ambiente agropastoril de montanha, tendo fornecido alguns fragmentos de sigilata hispânica intermédia e tardia – os resultados desta intervenção serão oportunamente publicados.

BIZARRO, 2011-12)⁶. Também na *villa* da Quinta da Fórnea (Belmonte) não terão surgido materiais posteriores ao séc. IV (BERNARDES *et alii*: 1999). O mesmo parecendo ocorrer na *villa* romana de Barros (Oledo, Idanha-a-Nova) (CARVALHO e CABRAL, 1994), onde se destaca a ocupação tardia, centrada no séc. IV⁷.

Mais a norte da Cova da Beira, na *villa* romana do Prado Galego (Pinhel), a presença de materiais do séc. IV e V é expressiva, mas não se registam materiais posteriores (REIS e SANTOS, 2006). Do lado ocidental da Estrela, por seu lado, o panorama parece ser idêntico: tanto a quinta romana de S. Gens (Celorico da Beira) (MARQUES, 2011) como a *villa* do Aljão (Gouveia) (TENTE, 2009: 141; 2012: 387-388) ou ainda a possível estação de muda da Raposeira (Mangualde) (CARVALHO, no prelo), todas objeto de escavação, terão sido abandonadas durante a primeira metade do séc. V. No caso de S. Gens (à semelhança, aliás, do que terá eventualmente acontecido no Monte Aljão), o local só voltou a ser reocupado três ou quatro séculos depois, com a instalação, mas a algumas centenas de metros, de um povoado no século IX/X (TENTE, 2009) – hiato que parece ser bem exemplificativo do cenário mais amplo que enquadra este local nas margens do Mondego, na medida em que nessa região (como bem assinalou Catarina Tente) e não obstante os trabalhos de campo realizados, para os séculos VI, VII e VIII (ao contrário do que acontece para os séculos IX e, sobretudo, X), nenhum núcleo de povoamento rural é conhecido (TENTE, 2009; 2012: 388), sendo igualmente raros, como veremos, outro tipo de testemunhos.

Por sua vez, no planalto da Guarda/Sabugal, o casal romano do Relengo poderá tetemunhar o que terá ocorrido em alguns sítios mais pequenos, habitados por famílias modestas (OSÓRIO *et alii*, 2008). Uma ocupação inscrita em torno do séc. IV encontra-se bem atestada. Mas os autores admitem também uma ocupação posterior, ainda que esta possibilidade assente apenas no aparecimento de telhas de canudo (*imbrices* correspondentes à última cobertura telhada, já sem *tegulae*) decoradas com motivos penteados e digitados, datáveis, eventualmente, entre os séculos IV e VIII – convém

⁶ Uma ocupação aparentemente circunscrita ao séc. I e II parece documentar-se num outro sítio escavado próximo de Peroviseu (Fundão), hipoteticamente classificado como casal, ainda que a exiguidade da área escavada não permita definir com a necessária segurança a amplitude cronológica de ocupação desse sítio da Raposa (ROBALO *et alii*, 2011-12).

⁷ Esta *villa*, situada já na plataforma de Castelo Branco (com altitudes inferiores a 400 m) que anuncia as peneplanícies do sul, e onde se encontram alguns materiais que não são tão habituais mais a norte (destaque ainda para o aparecimento de um *later* com o desenho de um peixe e de uma pátera, para além da recolha de sigilata africana), terá sido abandonada no séc. V, podendo conhecer uma ocupação residual ou esporádica até ao séc. VI (CARVALHO e CABRAL, 1994: 74).

sublinhar, todavia, que não há outros materiais claramente datáveis de um período posterior ao séc. V.

Outros sítios com indicadores cronológicos revelados apenas pela prospeção, como sejam as sigilatas hispânicas tardias, apontam para ocupações do séc. IV-V. Nas Chafurdas (Fatela, Fundão), a título de exemplo, um conjunto de moedas, entre as quais figuram cunhagens de Constâncio II e Juliano, também denunciam ocupações na segunda metade do séc. IV ou mesmo no século seguinte – significativo é ainda o contexto específico de achado destes numismas: encontravam-se no interior de uma lucerna decorada por um peixe esquematizado (tratar-se-á de uma oferenda funerária inscrita já num ambiente religioso cristão) (CARVALHO, 2007a: Est. LXXXVII 2)⁸. Esta ocupação romana avançada no tempo observa-se em prospeção quando se identifica a sigilata hispânica tardia – a sigilata africana, por sua vez, muito raramente aparece nesta região, primando até pela ausência, mesmo quando a escavação se efetua.

Os lugares que se encaixam neste horizonte cronológico são relativamente frequentes. Mas esta frequência dissipa-se quando se procuram vestígios que ultrapassam o horizonte do séc. IV/V. Vejamos exemplos de trabalhos práticos. Na Cova da Beira identificaram-se 320 sítios como sendo da época romana (CARVALHO, 2007a)⁹. Todavia, apenas 22 sítios deste conjunto (6,8%) apresentavam vestígios aparentemente “pós-romanos” e, na sua maior parte, de um período já inscrito na plena ou parte final da Alta Idade Média: as sepulturas escavadas na rocha encontraram-se em 10 destes sítios e as lagaretas também talhadas na rocha observaram-se em 6. Nesta região, a inclusão de núcleos de povoamento rural na Alta Idade Média dificilmente se fez com base nas cerâmicas achadas à superfície – quando muito foi considerada a ausência de *tegulae* e o aparecimento de *imbrices* grosseiros. Quando esta classificação cronológica se propôs foi em grande medida com base nas sepulturas escavadas na rocha (e também nas lagaretas) observadas em prospeção, com a ressalva de toda a indefinição cronológica que estas encerram¹⁰. Ou seja, contrastando com a marcada densidade de ocupação

⁸ Por sua vez, não muito distante deste sítio, nas Donas (Fundão), o achado em Santa Menina de um “sarcófago de chumbo” (VASCONCELOS, 1917: 313, 315-316 e 336-338), parece sugerir igualmente uma ocupação tardia, tendo também já o cristianismo como pano de fundo desse espaço funerário.

⁹ Classificação cronológica genérica, face aos elementos de datação existentes, podendo englobar em muitos casos sítios com ocupações do séc. IV-V.

¹⁰ Ainda que certas sepulturas escavadas na rocha possam eventualmente recuar ao séc. VII, a manutenção deste tipo de inumações até ao séc. XI-XII (MARTÍN VISO, 2007) (sendo até mais frequentes a partir do séc. IX) não permite perspetivá-las como indicadores seguros do ponto de vista cronológico e, portanto, não podem ser indicativas de uma ocupação contínua de certos lugares em período pós-romano.

dos campos durante a época romana, revelada pelas prospeções, os séculos que se seguem primam pela raridade ou residualidade de vestígios.

Os resultados do ensaio de prospeção intensiva que levámos a cabo no vale da Ribeira da Meimoa (Fundão), cobrindo cerca de 43 km², também serão particularmente elucidativos a este propósito (CARVALHO, 2002). Durante os dois meses que duraram essas prospeções identificaram-se 77 sítios enquadráveis genericamente na época romana. Face à ausência nesse vale de vestígios “pré-romanos”, esta assinalável quantidade de núcleos rurais revelou, antes de mais, uma transformação radical do modelo de povoamento e exploração dos campos, possivelmente desencadeada apenas a partir dos inícios (ou mesmo meados) do séc. I d.C. Como então referimos, no Alto-Império, ao longo deste extenso vale e no raio de influência de *vici*, terão proliferado os pequenos grupos de casas e casebres de habitar, com anexos para gado e para recolha dos produtos da cultura, posicionados em topos de ligeiras elevações, à vista uns dos outros (CARVALHO, 2007a).

Ora, os resultados obtidos no vale da Meimoa poderão ser paradigmáticos. Não obstante se tratar de prospeções intensivas, em que os arqueólogos estavam igualmente atentos a vestígios de diferentes épocas, só foi possível identificar 1 sítio (entre os 77) com uma ocupação “pós-romana”: a Tapada de S. Pedro (Capinha, Fundão) – possível *vicus* na época romana, mas que poderá ter continuado a ser povoação importante durante a Alta Idade Média. É certo que em 8 destes sítios não se identificaram *tegulae*, mas em quase todos surgiu cerâmica comum (incluindo *dolia*) cujo fabrico aparentava ser de época romana. Porém, não excluímos a possibilidade de alguns destes pequenos sítios (classificados como casais ou *tuguria* – os tipos de sítio mais frequente na Cova da Beira, denunciados à superfície por singelos vestígios) corresponderem a modestos lugares de habitação tardo-romanos ou do período suevo-visigótico. Tal como não podemos refutar por completo a possibilidade de outros, com *tegulae*, se inscreverem também num tempo posterior ao séc. V (admitindo o reaproveitamento de materiais romanos de construção em obra alto-medieval). Mas, pesando todos os indicadores conhecidos (ainda que escassos), designadamente os fabricos (e também as formas) da cerâmica comum, avançámos nesse estudo com uma proposta de datação romana para a globalidades dos sítios prospetados¹¹.

¹¹ A multiplicação de pequenos habitats rústicos durante o séc. V, agrupando-se em certos pontos do território, encontra-se registada na área de Salamanca (ARIÑO y DIÁZ, 1999: 178 e ss; ARIÑO *et alii*, 2002: 290-291, 306-307). Todavia, o critério que aí foi adoptado para identificar este tipo de sítios como “tardios” (i.e. o aparecimento exclusivo de *tegulae* e cerâmicas comuns grosseiras) parece-nos, no mínimo, questionável. Se o utilizássemos, sem mais, a grande maioria (ou mesmo a quase totalidade) dos sítios que cartografamos seriam tardios, designadamente aqueles que encontrámos na zona da Ribeira da Meimoa, uma vez que esses

Sendo assim, perante um cenário como aquele que traçámos, ter-se-á assistido, a partir do séc. V, a um processo de despovoamento dos campos? Ter-se-á assistido a uma retração ou rarefação do povoamento (que pode mesmo ter durado cerca de meio milénio)? Os pequenos e dispersos núcleos rurais romanos terão sucumbido aos novos tempos, concentrando-se a população apenas em alguns lugares (*loci*), agrupando-se em sítios como seja a Tapada de S. Pedro (Capinha), dando neste caso continuidade a aldeamentos surgidos já em época romana? Ou será que, pelo contrário, estes surgem também pelo campo e não conseguimos identificar como tal os vestígios ocupacionais desse período (ou não os conseguimos identificar de todo), conduzindo-nos essa “invisibilidade” a sustentar uma hipótese errada? Estaremos, neste caso, perante um tempo longo marcado arqueologicamente por uma “sociedade invisível”?

Começamos por afirmar que o despovoamento dos campos nesta região durante este período não pode ser proposto sem fundadas reservas. Antes de mais, não podemos cair no automatismo de importar para aqui, por exemplo, a anterior tese/paradigma que sustentou o despovoamento massivo do Douro durante a Alta idade Média (SÁNCHEZ ALBORNOZ, 1966) – ainda que a ausência de vestígios significativos, sobretudo quando se procuram observar as paisagens rurais, o possa sugerir numa abordagem inicial. Mas a dificuldade em interpretar devidamente algum do registo arqueológico não o aconselha. O problema poderá antes residir, portanto, na dificuldade em identificar os traços desse novo tempo. A hipótese de trabalho a considerar, parece-nos, deverá antes também centrar-se no surgimento de novas modalidades de povoamento que encerrem outras formas construtivas, ainda que provavelmente acompanhadas por uma menor densidade populacional¹².

Mesmo admitindo que alguns destes núcleos rurais da Cova da Beira (ou do vale da Ribeira da Meimoa em particular), classificados exclusivamente como romanos, possam encerrar uma cronologia que se estende para além do séc. V, esse facto não invalida que alterações substantivas se tenham processado. Desde logo, não se encontram presentes certos materiais, nem tão pouco se identifica um padrão de importações que permita inscrever esta zona – como acontece em época romana – num modo de vida globalizado

lugares com áreas de dispersão diminutas apenas revelam à superfície cerâmica de construção e cerâmica comum frequentemente incaracterística. E se assim fosse, esta zona de vale – situada entre dois *vici* e no trajeto de estradas principais – apresentaria no Alto-Império uma densidade de ocupação muito reduzida, disparando esta só durante a Antiguidade Tardia.

¹² As teses de quebra populacional generalizada para este período encontram-se em alguma bibliografia de referência – para a “desertificação” da Europa na segunda metade do Iº milénio, cf. FUMAGALLI, 1993.

(e “sofisticado”) ou em circuitos económicos que ultrapassam em muito os limites da região. Em época romana a qualidade e a diversidade de materiais que circulam é notória; e, para além da sua generalizada distribuição geográfica, também é ampla a sua difusão social, uma vez que vamos encontrar alguns itens de consumo importados em casais (como o casal do Relengo parece documentar¹³) ou modestas quintas. Ora, o mesmo não se poderá afirmar para este período, como veremos mais adiante com detalhe.

Mas centremo-nos de novo no último século da Hispânia romana e no povoamento rural deste interior norte da Lusitânia. Nas regiões em torno da Estrela, ao contrário do que parece acontecer no *territorium* de *Salmantica* (ARIÑO y DÍAZ, 1999: 172 e ss), aparentemente não se deteta uma concentração fundiária no séc. IV, mediante o abandono de muitos dos pequenos núcleos rurais, face à pressão exercida pelas grandes *villae*. Nesta região, por agora, não há indicadores claros que revelem essa tendência. Mais a norte, todavia, já surgem indícios que parecem revelar tanto o surgimento de *villae* – veja-se o caso da Quinta do Prazo, em Pinhel (REIS e SANTOS, 2006) –, como o seu fortalecimento – como poderá ser o caso de Vale do Mouro, na Coriscada (Mêda). E a este fenómeno parece também surgir associado uma continuidade do povoamento, ainda que estes núcleos rurais dispersos mais importantes (essencialmente *villae*) se transformem, dando origem a pequenos aglomerados populacionais. Com efeito, a *villa* da Coriscada terá continuado a ser ocupada para além do séc. V, podendo ter então evoluído para uma pequena aldeia (SILVINO e COIXÃO, 2009). O mesmo poderá ter ocorrido na *villa* do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), onde se documenta a única basílica paleocristã desta região em meio rural (VAZ, 2011), por agora datada do séc. V-VI (COIXÃO, 1996 e 1999). Numa fase em que são as *ecclesia* que passam a agregar as populações em seu redor, desempenhando assim um papel preponderante na organização do povoamento, esta primitiva igreja do Prazo terá visto reunir à sua volta um conjunto de outras habitações, formando um lugarejo descerrado¹⁴ ou mesmo um cordão de *aedificia* que se estendia ao longo da via, em direção à outra possível *villa* do Rumansil (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa)¹⁵.

¹³ A qualidade e diversidade de materiais que aparecem neste *tugurium* desde a época imperial mostra como a economia e os circuitos comerciais romanos tornam acessíveis a todas as camadas sociais alguns dos itens básicos importados e de boa qualidade – e este ponto, no quadro desta discussão, importa ser sublinhado.

¹⁴ A evolução de *villa* para aldeia (formada por 10 a 15 casas, com espaços intermédios de cultivo) encontra-se perfeitamente documentada em alguma regiões peninsulares, como é o caso da Meseta (VIGIL-ESCALERA: 2007 e 2009).

¹⁵ A *pars rustica* (?) deste interessante sítio, escavada pela mesma equipa liderada por António Sá Coixão, e situado como a *villa* do Prazo à vista e no aro de uma possível capital de *civitas* (a

O sítio (granja e/ou *mutatio*) de Ervamoira (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa) (GUIMARÃES, 2000 e 2003) também se enquadrará neste outro quadro documentado na região alto-duriense: i. e., fundações romanas tardias que continuaram ocupadas durante a Alta Idade Média¹⁶.

Nestas paragens a caminho do Douro, na sequência dum fenómeno de concentração fundiária registado no último século da Hispânia romana, parece assim observar-se, a partir do séc. V, a formação progressiva de novos lugares (tipo aldeia: *locus/loci*) em torno de uma antiga *villa* e, sublinhe-se, da sua *ecclesia*¹⁷.

Se não é fácil compor a paisagem rural para esta época, os centros de poder também não são propriamente fáceis de identificar nesta região. Desde logo, podemos conhecer alguns centros episcopais, mas desconhece-se a localização da generalidade das paróquias registadas no *Parochiale Suevum* (DAVID, 1947; FERNANDES, 1997). É provável que estas correspondam a aglomerados populacionais já importantes em época romana (ALARCÃO, 2001b). Mas a sua localização (e essa continuidade) nem sempre é identificável, sobretudo devido à dificuldade em identificar vestígios deste período suévico; ou, mesmo que se identifiquem, devido à ausência de certos elementos de prestígio que o denunciem¹⁸. Esta continuidade, porém, nem sempre se terá observado. Algumas cidades romanas poderão ter sido abandonadas ou então deixaram de assumir o papel de capitais, redimensionando-se.

Neste quadro das paisagens urbanas, assim como da geografia político-

dos *Meidubrigenses*), documenta segundo os autores uma ocupação romana tardia (centrada no séc. III, sendo destruído antes do séc. IV) e outra posterior ao período romano, ainda que entre estas haja um considerável hiato, uma vez que se propõe uma reocupação do local no séculos XI-XIII (COIXÃO e SILVINO, 2006).

¹⁶ Próximo deste local, na freguesia de Almendra (Vila Nova de Foz Côa), o sítio romano do Olival dos Telhões (próximo do Monte do Castelo de Calábria) também tem sido apresentado como tendo uma ocupação “tardo-romana e alto-medieval” (COSME, 2000 e 2002), ainda que para nós não seja clara uma ocupação do séc. VI-VII com base nos materiais publicados.

¹⁷ Terá havido sítios romanos que deram lugar a pequenas aldeias abertas em zonas baixas e que estarão na origem das atuais, sendo assim lugares continuamente habitados até hoje e, também por isso, difíceis de identificar pela arqueologia?

¹⁸ Nesta Beira interior, segundo a proposta de Jorge de Alarcão (2001b: 51-54), poderão localizar-se as paróquias de *Camianos* (provavelmente situada a caminho do Douro, no território dos *Arabrigenses* ou no dos *Meidubrigenses*), *Submontio* (algures no concelho de Mangualde?), *Suberbeno* (talvez na área de Seia?), *Osania* (em Marialva?), *Ouellione* (entre Pinhel e a Guarda?), *Tutela* (no planalto da Guarda-Sabugal?), *Coleia* (corresponderá a Almofala?) e ainda *Franco* e *Monecipio*, paróquias da diocese de Egítania, referidas mais adiante (num trabalho posterior, Jorge de Alarcão questiona se *Ouellione* não se situaria antes em Marialva e *Osania* em Vilares, Trancoso, 2005: 9-10). Apenas a paróquia suévica de *Caliabrica* (posteriormente, desde o início do séc. VII, sede de diocese visigótica) parece poder seguramente identificar-se com Monte do Castelo de Calábria / Castelo Calabre (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) (MARTIN VISO, 2005).

religiosa deste tempo, Idanha-a-Velha é um caso à parte – a cidade romana de *Igaedis*, capital de *civitas*, continuará com a mesma centralidade e importância no período suevo-visigótico. Ao tempo dos Suevos, pelo menos desde 569, *Egitania* será sede de bispado e logo depois sede episcopal visigótica (DAVID, 1947: 38), encontrando-se a presença dos seus bispos registada em vários concílios durante a segunda metade do séc. VI e no decurso do VII (ALMEIDA, 1956: 39-48; JORGE, 2002: 75-76). Embora muito provavelmente construída sobre a primitiva basílica episcopal suevo-visigótica (ALMEIDA, 1962: 163-179; 1965), o edifício da catedral egitaniense que hoje se observa, (re) construído nos finais do séc. IX (REAL, 2000: 69), parece sobretudo reproduzir o plano da mesquita de *Ajdânia* ou *Ijdânia* islâmica (TORRES, 1992: 174-177)¹⁹. Mas conhece-se em Idanha-a-Velha um primitivo batistério, aparentemente do séc. IV ou V (ALMEIDA, 1956); e outro, de planta cruciforme, descoberto em escavações mais recentes, no lado sudeste da basílica, talvez se inscreva na 2.ª metade do séc. VI e pertença à primeira sé egitaniense (CRISTÓVÃO, 2002: 14-15). A importância de *Egitania* revela-se ainda de diferentes formas²⁰ – desde logo, na época visigótica e ao longo de cerca de um século, foram muitos os reis que cunharam moeda em *Egitania* (GARCIA-BELLIDO e BLAZQUEZ, 2001: 179). À semelhança do que seria o *territorium* da *civitas Igaeditanorum*, o território desta diocese de *Egitania* também seria muito extenso (CURADO, 2004: 82-83; ALARCÃO, 2012: 122-123). Neste, de acordo como o *Parochiale Suevum*, encontravam-se duas outras *ecclesiae*: *Franco*s e *Monecipio*²¹. Mas não é fácil de determinar a localização destas paróquias, ainda que a sua correspondência com as sedes de anteriores *civitates* se possa à partida admitir²².

¹⁹ Sobre o nome de Idanha na época romana, visigótica e árabe, cf. ALARCÃO, 2012.

²⁰ Deste período D. Fernando de Almeida publica ainda alguns elementos arquitectónicos (1956: Fig. 92-99).

²¹ A paróquia de *Monecipio* também se regista no período visigótico como centro emissor monetário – conhecem-se cunhagens entre os reinados de Recaredo (586-601) e de Sisebuto (612-621): GARCIA, 1940: 97-108.

²² Foram várias as propostas ultimamente apresentadas, sugerindo-se quer a identificação da paróquia de *Franco*s com a *civitas* dos *Tapori*, cuja localização foi proposta para a área de Castelo Branco (ALARCÃO, 2000: 170-171; 2004: 52), quer a identificação da primeira com a *civitas* dos *Lancienses Oppidani*, situada na zona do Alto Erges, e da segunda com a *civitas* dos *Ocelenses Lancienses*, com possível sede em Orjais (Covilhã) (CARVALHO, 2007a). Esta questão das dioceses e paróquias suévicas e da sua relação com as *civitates* romanas da Beira Interior mereceu também uma atenção particular por parte de Fernando Patrício Curado (2004: 77-83). Segundo Curado, o bispado de *Egitania* referido no *Parochiale* suévico seria não só constituído pelo *territorium* da antiga *civitas Igaeditanorum* (*tota Egitania*) como também pela totalidade do *territorium* da *civitas* dos *Lancienses Oppidani*, doravante subdividido em duas paróquias (*Monecipio* e *Franco*s). Estas duas paróquias não decalariam o território de duas antigas *civitates*, correspondendo antes à subdivisão do território de uma única *civitas*, a dos *Lancienses Oppidani*. Assim sendo, Curado contesta a hipótese que identifica a paróquia

Se Idanha é um caso à parte também o é precisamente porque as outras possíveis capitais de *civitates* deste interior norte da Lusitânia não revelaram, até ao momento, indicadores claros que nos permitam assegurar uma continuidade de ocupação e, muito menos, a manutenção da sua centralidade enquanto centros de poder. Vejamos, entre outros, o caso de duas eventuais capitais de *civitates*: Orjais (Covilhã) (CARVALHO, 2007a) e Póvoa do Mileu (Guarda) (CARVALHO, 2005 e 2007a; GUERRA, 2007).

Em Orjais, tanto na Senhora das Luzes como na Senhora das Cabeças, não se conhecem dados que denunciem a ocupação deste lugar na vertente oriental da Estrela no período aqui em análise. No segundo, contudo, as escavações revelaram uma (re)ocupação do lugar nos séculos (IX) X-XI (CARVALHO, 2003: 161, Est. VII)²³. Esta foi registada junto ao anterior templo romano, mas também poderá verificar-se no cabeço sobranceiro a este. Neste povoado poderá registar-se uma ocupação alto-medieval, podendo mesmo inscrever-se no período suevo-visigótico, em face de um ou outro fabrico cerâmico (talvez feito a torno lento, com decoração incisa e por aplicação de cordão plástico digitado) que identificamos à superfície – só uma escavação neste cabeço, no entanto, permitirá comprovar ou refutar esta hipótese. De todo o modo, sublinhe-se, este lugar – se corresponder àquele que num documento régio de 1132 aparece designado por *castrum* de *Luzes* – ao ter sido selecionado no séc. XII para constituir o ponto de partida de repovoamento e reorganização territorial desta região (não obstante se encontrar, como aí é mencionado, “despovoado e destruído até ao solo” – CARVALHO, 2007a: 341), parece remeter indiretamente para uma anterior centralidade.

Na Póvoa do Mileu a situação é algo semelhante. Na plataforma escavada em redor das termas romanas não se identificaram, até ao momento, vestígios que documentem uma continuidade de ocupação na época suévico-visigótica (apenas há notícia do aparecimento de um ponderal bizantino – voltaremos a este assunto mais adiante). Este lugar, porém, voltará a ser povoação a partir do final da Alta Idade Média, à semelhança do que terá ocorrido no sítio dos Castelos Velhos (cabeço sobranceiro a esse lugar, a escassas centenas de metros). Ou seja, uma ocupação dos séculos VI-VII

de *Franco*s com a antiga *civitas* dos *Tapori* (aliás, segundo Curado, esta *civitas* não se localizará na área de Castelo Branco, mas antes numa área a ocidente da Estrela, centrada em Bobadela, dando origem mais tarde à *Totela* suévica), propondo como alternativa a zona do Alto Erges “ou, mais provavelmente e em direcção oposta, no médio *Zêzere*” (IDEM: 81), e considera que a paróquia de *Monecipio* se centralizaria em Orjais, no mesmo lugar que anteriormente os *Lancienses Oppidani* tinham eleito como sede (IDEM: 76, 81 e 88).

²³ Observado novamente este conjunto cerâmico, à luz das investigações mais recentes efectuadas na região (TENTE, 2010 e 2012), recuamos agora um pouco a datação destes fabricos relativamente ao que antes foi proposto.

não se encontra claramente documentada em nenhum destes lugares, ainda que o achado de uma moeda visigótica (um *tremis* de Égica – FARIA, 1985: 685), articulado com a do ponderal, não deixe de suscitar uma interrogação quanto à efetividade desse hiato.

Quando se aborda a eventual continuidade de ocupação a partir do séc. V dos aglomerados populacionais romanos, assim como a problemática da geografia religiosa-administrativa, a Tapada de S. Pedro, na Capinha (Fundão) não pode ser ignorada. Correspondendo muito provavelmente a um *vicus* em época romana (CARVALHO, 2007a: 359 e 455 ss e n.º 180), situado no lugar de cruzamento de vias imperiais e talvez no limite do *territorium* da *civitas Igaeditanorum*, este lugar terá permanecido ocupado entre o séc. V e XI, face aos vestígios deste período que as escavações entretanto aí efetuadas documentaram (ALBUQUERQUE E SANTOS, 2007 e SANTOS e ALBUQUERQUE, 2008). Inclusivamente, perguntamos também se o possível batistério identificado no decurso dessa intervenção no templo paleocristão não permite interpretar este como uma igreja paroquial e, por conseguinte, como uma das paróquias suevas (de localização incerta na atualidade) da diocese da Egitânia (ALARCÃO, 2012: 122) – aliás, se assim fosse, a dependência deste lugar em relação à anterior capital de *civitas*, agora sede diocesana, continuaria a manter-se, embora revestida de uma outra forma (CARVALHO, 2012: 321).

Por sua vez, a Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Fundão), possível aglomerado populacional em época romana, já não mostra de igual forma uma continuidade de ocupação durante a Alta Idade Média. Se existe um conjunto de materiais (sobretudo sigilata africana) que denuncia a sua ocupação até ao séc. V em alguns dos pontos intervencionados, os séculos seguintes, que estabelecem a ponte com a comprovada ocupação medieval do sítio, não se documentam de forma óbvia (ÂNGELO, 2012).

Se a partir do séc. V as populações passam a agrupar-se em torno de algumas das antigas *villae* enquanto outras se acolhem em algumas das anteriores cidades romanas (e até de alguns *vici*), dando assim continuidade à ocupação destes lugares, uma outra modalidade de povoamento agrupado parece ter então surgido: os povoados de altura, amuralhados. Mais do que uma nova forma de povoamento, será antes o retorno a antigos lugares habitados mas que durante Alto-Império o tinham deixado de ser. Este retorno após o séc. V aos povoados amuralhados proto-históricos não ocorreu, todavia, de forma generalizada. Na sua grande maioria, aparentemente, estes não mostram sinais de reocupação, não obstante existirem alguns exemplos na Beira Interior que o testemunham, revelando assim essa outra modalidade de povoamento.

Um deles é o cabeço do Tintinholho (Guarda). Ocupado possivelmente

durante a proto-história e com uma ocupação romana residual (e aparentemente circunscrita a uma fase tardia, centrada no séc. IV), este lugar, com duas linhas de muralha, mostra sinais de uma ocupação na época visigótica. Com efeito, as sondagens efetuadas no local em 2008 por Vítor Pereira e António M. Carvalho, identificaram um registo estratigráfico que parece cobrir toda a Antiguidade Tardia, centrando-se particularmente nos séculos VI-VII. A ocupação deste sítio em época visigótica já tinha sido antes denunciada pelo achado de dois *tremisses* (cunhagens em ouro: uma de Sisebuto e outra de Suintila) (FARIA, 1985: 683), sendo agora revelada nas recentes escavações por algumas peças cerâmicas, decoradas por incisões e estampilhas (TENTE, 2009: 154; 2012: 388). Terá assim sido um lugar fortificado durante este período, deliberadamente exposto na paisagem. Poderia mesmo ser residência de elites, i.e., de *potentes* que, após o desaparecimento das *civitates* e o enfraquecimento do poder que residia nas sedes eclesiásticas, dominariam parcelas do território, recolhendo impostos (daí o aparecimento dos *tremisses*, enquanto moeda essencialmente fiscal) e servindo de mediadores entre as comunidades locais e o *regnum* (MARTÍN VISO, 2008). Seriam, por conseguinte, também centros de poder, ainda que de âmbito local e/ou sub-regional, localizados em áreas periféricas relativamente ao poder central e no quadro de um território politicamente mais fragmentado.

Como este lugar poderia haver outros nesta região, ainda que não sejam fáceis de identificar, desde logo pela ausência de elementos de prestígios que o permitam (TENTE, 2009 e 2012)²⁴. Como atrás se sugeriu, um deles poderá ter sido o povoado de altura dos Castelos Velhos (Guarda) (MARTÍN VISO, 2008; TENTE, 2009)²⁵, situado nas imediações do sítio romano da Póvoa do Mileu²⁶. Um outro, também antes citado, poderá eventualmente

²⁴ Um certo arcaísmo que parece acompanhar este fenómeno, revelado não só no próprio retorno a povoados proto-históricos, como no retomar de uma tecnologia de fabrico cerâmico local que poderá levar a confundir as cerâmicas comuns destes séc. VI e VII com as da Idade do Ferro, também dificulta essa identificação.

²⁵ Ainda que os dados observados durante um acompanhamento arqueológico efetuado em 2003, aquando do loteamento do sítio, se circunscrevam a cerâmicas datáveis, eventualmente, dos séculos IX - XI (OSÓRIO, 2004: 9-10); Catarina Tente (2009: 155) considera, porém, que estas cerâmicas de asas puncionadas e cordões digitados no bojo e fundo serão já, nesta região, dos séculos XII-XIII; contudo, não deixamos de perguntar se a presença de um fabrico com decoração pintada a branco (cerâmica "califal"), referenciado por Marcos Osório, não remeterá para um horizonte mais recuado (inscrito talvez nesse final do I.º milénio); de todo o modo, a hipótese de o sítio conhecer uma ocupação de época visigótica tem sido considerada provável (MARTÍN VISO, 2008: 10).

²⁶ Não obstante se situarem a pouca centenas de metros, os dois lugares não podem ser confundidos ou assimilados: nos Castelos Velhos, desde logo, não se registou qualquer tipo de ocupação romana - quando muito pode ter ocorrido uma deslocalização da população do

ter sido o cabeço sobranceiro ao templo romano de Orjais (Covilhã) – este lugar, exposto na paisagem, dominando um extenso vale por onde corre o Zêzere, poderia ter desempenhado uma função similar àquela atribuída ao povoado do Tintinholho (Guarda), enquanto residência dos *potentes* cujo poder assentaria na capacidade de cobrança fiscal e na sua relação com o poder régio. E neste caso (tal como no caso dos Castelos Velhos) poderia ainda ter sucedido à suposta capital de *civitas* enquanto espaço privilegiado de representação do poder durante os séculos VI-VII.

Para além destes há outros sítios nesta região que, com as devidas reservas, podem ser referidos. Um deles é a Tapada Cabeça (Sabugal): aqui observa-se uma estrutura defensiva exclusivamente de terra (e fosso exterior), desenhando um recinto com planta tendencialmente retangular; a cerâmica é muito escassa (sem cerâmica de construção), grosseira, de fabrico a torno lento, mal cozida e de tons cinzentos-acastanhados (OSÓRIO, 2012: 69-70 e fig. 46 – interessante é ainda a indicação deste autor relativamente às aldeias que, em documentação do séc. XIV, são referidas como estando já ermas). Outro poderá ser Sortelha-a-Velha (Penamacor): no topo de um cabeço bem destacado na paisagem, rodeado por uma linha de muralha, observam-se alguns materiais à superfície que sugerem tanto uma ocupação proto-histórica como eventualmente alto-medieval (CARVALHO, 2007a: n.º 299). Um outro, ainda que de bem mais difícil inscrição cronológica e também funcional, é o pequeno cabeço amuralhado do Casal Reigoso (Folgosinho, Gouveia), em pleno interior da Serra da Estrela: a sua singular tipologia e localização, assim como a sua proximidade em relação ao Casal das Pias e a Assedasse (dois lugares ocupados pelo menos no final da Alta Idade Média), levam-nos a interrogar se esta área recôndita não terá sido também ocupada nestes séculos de parcos testemunhos. E nesta tipologia poderão hipoteticamente entrar outros lugares que conhecemos nesta Beira Interior, como sejam o Castro de Barreiras (Famalicão da Serra, Guarda), o Jarmelo (Guarda), a Covilhã Velha (Fundão) e o Cabeço dos Mouros (Caria, Belmonte), ainda que, tal como nos anteriores, só escavações arqueológicas permitam aferir a sua cronologia exata de ocupação²⁷.

Embora desprovidos do aparato arquitetónico e do desenvolvimento

Mileu para este cabeço num período pós-romano, podendo depois ambos ser em simultâneo habitados a partir do séc. (X) XI-XII.

²⁷ A (re)ocupação destes lugares em época medieval poderá ser mais tardia, datando já do séc. X – hiato exemplarmente identificado em S. Gens (Celorico da Beira). Como exemplo deste processo, na Beira Interior, Catarina Tente faz ainda referência ao castello de Caria, castelo roqueiro “erguido nas penedias”, também mencionado como castelo de posse condal; ou ao Penedo dos Mouros (Gouveia), inscrito numa outra categoria de sítios referenciados para esta parte final do tempo alto-medieval – as penelas (TENTE, 2009: 143 e ss).

urbano que caracterizava alguns dos lugares centrais em época romana, estes sítios altos e amurallados também a seu modo se mostravam ao longe, na paisagem, enquanto espaços de representação. Na orla de um corredor de fronteira entre *regna*, estes lugares de poder terão passado a funcionar como pontos de ancoragem na paisagem, estruturadores de uma nova territorialização, de uma nova ordem, ainda que mais difusa. Num período pós-*civitates*, e não obstante a existência de paróquias e sedes de diocese, os centros administrativos ou as capitais terão cedido lugar a redes polinucleadas, cujos lugares principais que as ligam terão funcionado como reconhecidos instrumentos de domínio social e político. O reino dos Suevos e depois o dos Visigodos nunca terão conseguido uma organização sócio-política centralizada como anterior, tendo assim aberto espaço à formação de distintos grupos de poder locais, em grande medida autónomos. Num quadro político novo em que o governo do reino suevo se verificou sobretudo no eixo Tui-Braga-Porto, nem todos os territórios estariam sob controlo apertado do poder real ou episcopal (MARTÍN VISO: 2005). Nestas regiões, por conseguinte, a indispensável obediência civil poderia também ser conseguida mediante a distribuição pelo território deste tipo de sítios, configurando assim uma nova rede de relações de poder.

Por sua vez, o retorno a estes lugares altos e murallados, a eventual concentração das populações em poucos lugares, agrupadas em torno de um chefe armado que a troca de submissão as protege, exprimirá também a insegurança física e jurídica de então (avivada pelo quotidiano incerto dum corredor que acabaria por ser fronteiriço). Estas comunidades, entregues à sua própria contingência, poderiam também distinguir-se por estas (novas) formas de obtenção de segurança, mitigadoras de vulnerabilidades, num mundo menos territorializado. Ter-se-á assim constituído uma nova territorialidade, centrada em modalidades de povoamento agrupado, numa rede de espaços sociais comuns, que criam sentimentos de pertença e fortalecem as formas de vigilância e solidariedade locais.

Mas se estes lugares funcionavam também como centros de poder, a partir dos quais as elites de então dominavam o território em redor, onde habitavam as comunidades campestres sobre as quais os referidos *potentes* exerceriam a capacidade de cobrança fiscal? Concentravam-se exclusivamente nesses povoados ou viveriam em casais dispersos pelos campos, cultivando as terras e alimentando aqueles homens de guerra que as protegiam?

Para além dos indicadores e testemunhos antes referidos, importa destacar outros achados que remetem para estes tempos, particularmente para o séc. VII. Por um lado, un *tremis* de Recaredo achado em A-de-Moura e um triente suevo de Valentiniano III descoberto no Rochoso (ambos os lugares no concelho da Guarda) (FARIA, 1985: 683); para além das notícias do

achado em Manteigas de um *tremis* de Sisenando, de um *solidus* de Honório proveniente da Covilhã e ainda de dois *tremisses* de Recesvinto achados em Monsanto (FARIA, 1988: 71, 75 e 76). Por outro, a inscrição funerária visigótica de Açores, datada de 666 (BARROCA, 1992); a inscrição rupestre dos Vilares (Trancoso), documentando a construção de uma primitiva igreja no termo do séc. V (COLMENERO, 1993: 34-35)²⁸; e, ainda que de interpretação duvidosa, a inscrição rupestre de Bravoíssa (Melo, Gouveia), podendo eventualmente testemunhar uma comunidade eremítica paleocristã (TENTE, 2012: 388). Mas estes acabam por ser testemunhos avulsos e muito escassos.

Mesmo a este nível da epigrafia as quebras de continuidade são notórias. Com efeito, à ampla difusão da escrita em época romana, parece suceder-se um uso muito restrito do hábito epigráfico – talvez este seja um tempo em que prevalece a cultura oral. Se em época romana, na Beira interior e central, encontram-se registadas seguramente mais de um milhar de inscrições, dos séculos V-VII esses testemunhos são raros. E se antes a epigrafia romana é essencialmente votiva e funerária, agora surgem casos de epigrafia relacionada com a arquitectura e, concretamente, com edifícios religiosos²⁹.

Em suma, a discrepância de números é notória. Aliás, se tivermos em conta o caso de Idanha-a-Velha, verdadeiramente excepcional em termos de epigrafia romana (na cidade de *Igaedis* conhecem-se mais de duas centenas e meia de epígrafes; SÁ: 2007), constata-se que os testemunhos epigráficos dos séculos seguintes rareiam³⁰. Para além do mais, a epigrafia paleocristã revela uma profunda transformação cultural não só no domínio da crença mas também no plano da onomástica – a este nível, com a cristianização das comunidades, observa-se igualmente uma alteração substantiva.

Reunidos os dados que se conhecem, reiteremos agora de uma outra forma as perguntas de partida: na paisagem rural desta região o que subsiste deste séculos VI e VII? Por um lado, os raros *tremisses* de ouro, encontrados

²⁸ Sublinhe-se, no entanto, que esta datação foi recentemente contestada, propondo-se que a inscrição do possível *vicus* dos Vilares (e sede de paróquia de *Osanía*?) registará a construção de um templo latino-niceno ainda durante a primeira metade do séc. IV (CURADO *et alii*, 2013: 30).

²⁹ A ocidente da Serra da Estrela a epigrafia deste tempo também rareia, revelando-se apenas: num jarro litúrgico em bronze, datado do séc. VII e de tipologia hispano-visigótica, proveniente de Bobadela (Oliveira do Hospital) (FRADE *et al.*, 1995: 222) – capital de *civitas* e eventual sede de paróquia na época suevo-visigótica (ALARCÃO: 2002-2003: 171); e numa outra peça litúrgica hispano-visigótica – uma pátera em bronze (*patena crismalis*), datada possivelmente do séc. VI (RUSSEL CORTEZ, 1950: 58-66), achada em Safail (Vila Nova de Tázem, Gouveia), num sítio que apresenta também materiais romanos à superfície e que inclusivamente foi proposto como eventual *Suberbeno* – paróquia da Sé de Viseu (TENTE, 2007: 93-95).

³⁰ D. Fernando de Almeida (1956: 245) publica um pequeno fragmento epigrafado referindo ser “o único até hoje aparecido em Idanha-a-Velha com caracteres visigodos”.

de forma avulsa e dispersa; e uma ou outra inscrição, como a de Açores. Por outro, alguns achados que, em certas áreas, denunciam a continuidade de ocupação de certas *villae*, mediante a aglomeração de população em seu torno; e um ou outro cabeço amuralhado que poderá relacionar-se com a presença de eventuais *potentes* (alguns erguendo-se nas imediações de antigas cidades, capitais de *civitates*). Mas servirão estes testemunhos para compor um cenário idêntico ao de outras paragens? Permitirão sustentar a tese da “evolução na continuidade”, sem quebras significativas?

3. Discussão em torno do visível e do invisível

Com o final do Império, nestas regiões interiores, os dados arqueológicos parecem denunciar uma retração na rede de povoamento. Perguntamos, contudo, se esta retração é real ou aparente. A dificuldade em identificar núcleos dispersos de povoamento rural desse período pós-romano poderá ficar a dever-se ao facto de estes serem realmente muitos escassos (e mesmo inexistentes em largas zonas do território da Beira interior). Mas também poderá antes resultar da dificuldade em os identificar como tal. O que nos leva novamente a perguntar se estaremos perante uma diluição da malha de povoamento romano (e uma densidade populacional manifestamente mais baixa) e/ou perante uma alteração do registo arqueológico (alteração que concorre para a sua invisibilidade, sobretudo quando estamos apenas a lidar com vestígios de superfície).

A generalidade dos sítios escavados, como antes se observou, terá sido abandonada nos séculos IV-V. A grande maioria dos sítios, porém, são apenas conhecidos por vestígios de superfície – e entre estes assumem particular destaque, por representarem grande parte da amostra, os lugares revelados apenas por cerâmica de construção e doméstica comum. Em alguns destes sítios identificam-se fabricos e formas que parecem integrar-se no reportório cerâmico romano dos sítios escavados (e datados). A sua classificação cronológica ganha suporte nesta correspondência. Mas noutros o único elemento datável é a *tegula*, não se tratando, portanto, de um indicador cronológico seguro em contextos desta natureza, na medida em que, como se sabe, esta telha poderá ter sido reaproveitada em lugares com ocupação alto-medieval. Por sua vez, toda a relatividade que encerram os vestígios de superfície é também sobejamente conhecida, revelando frequentemente as escavações uma realidade soterrada que pouco tem a ver com o que se observou em prospeção. A escavação de alguns destes sítios será assim determinante para aferir se continuaram habitados na segunda metade do séc. V e nos séculos VI e VII.

De todo o modo, por agora, os dados conhecidos parecem apontar tanto para uma rarefação do povoamento, como para o surgimento de novas modalidades de povoamento, corporizando um novo padrão de ocupação ou de reconfiguração social do território. Esta variabilidade regional e um cenário com padrões de povoamento deste tipo encontram hoje assento noutros âmbitos geográficos. No noroeste e centro peninsular, logo a partir dos inícios do séc. V (com a desarticulação do sistema político e administrativo romano), assiste-se a uma transformação muito significativa do povoamento rural (dominado até então por grandes *villae*), desembocando na formação, durante os séculos VI e VII, de uma rede de pequenas aldeias (VIGIL-ESCALERA, 2007 e 2012; QUIRÓS CASTILLO, 2010). Estas, porém, desintegram-se durante a primeira metade (ou meados) do séc. VIII, para dar lugar a formas heterogéneas de assentamento rural (povoamento disperso, com sequências de ocupação mais curtas, surgindo também alguns sítios fortificados) que desaparecerão, por sua vez, durante a primeira metade do século IX, quando tem lugar uma concentração demográfica significativa num número de centros mais reduzido mas mais populosos, podendo estar na origem de muitas das atuais aldeias (VIGIL-ESCALERA, 2011).

Mas as alterações podem também ter-se verificado a outro nível – não só em termos de distribuição espacial, acentuando-se a tendência para uma concentração populacional, mas também nos modos construtivos. Em algumas regiões parece atestar-se a generalização de novas formas de construir a partir do séc. V/VI, que não passam necessariamente pelo uso de telha, tijolo, argamassa e pedra – veja-se o caso das cabanas de época visigoda (VIGIL-ESCALERA, 2000) e, especificamente, as construções no noroeste da península, dos séculos VI e VII, com coberturas em materiais perecíveis, em lajes de xisto ou então revestidas de argila sobre suporte em madeira; e com paredes erguidas em madeira, taipa ou adobe (QUIRÓS CASTILLO, 2011). Ora esta alteração que se observa, resultante do aparecimento de novas tipologias construtivas (e observável também na zona da Meseta na esfera das comunidades campestres dos séculos VI-VII)³¹, produz um claro impacto no modo como hoje o registo arqueológico se mostra. Quando as casas são construídas em madeira e, sobretudo, o colmo e a giesta passa a constituir a sua cobertura, a densidade de vestígios à superfície diminui significativamente. Trata-se de materiais construtivos que não deixam vestígios – e este poderá ser um aspeto crucial, uma vez que são precisamente as cerâmicas de construção que na maior parte dos casos permitem identificar os pequenos sítios romanos dispersos pelo campo.

³¹ Novos modos construtivos ao nível da arquitectura doméstica que, por sua vez, apresentam no quadrante NO da península uma notória variabilidade regional: TEJERIZO, 2012.

Se às próprias características dos depósitos arqueológicos (construtivos) ainda juntarmos: *i*) uma redução do repertório cerâmico (e outro) utilizado; *ii*) o desaparecimento (ou quase desaparecimento) dos materiais importados; *iii*) a dificuldade em identificar ‘materiais-tipo’; *iv*) e a prevalência dos fabricos cerâmicos sub-regionais ou locais feitos a torno lento (ou mesmo à mão) e com cozeduras redutoras (com pastas mais friáveis), não só menos resistentes ao tempo mas também mais difíceis de classificar cronologicamente³² – então, neste quadro (se a grande dificuldade reside precisamente na obtenção de elementos de datação) não poderemos deixar de perguntar novamente se, em meio rural, esses espaços habitacionais e essas populações não passarão a ser em termos arqueológicos (sobretudo em prospeção) praticamente invisíveis.

A raridade dos materiais importados é um dos aspectos que passa a caracterizar o registo arqueológico desta Beira Interior. Mas noutras regiões não será propriamente essa a característica que se destaca. Com efeito, uma florescente e próspera Antiguidade Tardia marcará as regiões mediterrânicas. Vários lugares em território nacional, urbanos e rurais, também espelharão o resultado dessa outra realidade, uma vez que os artigos importados desde o Mediterrâneo oriental, designadamente ânforas e cerâmicas finas, continuam a observar-se no registo arqueológico dos séculos V e da primeira metade do séc. VI. Serão mesmo reveladores de um padrão de comercialização que atesta uma continuidade das importações e, assim, uma certa manutenção dos circuitos de distribuição. As cerâmicas orientais (como as ânforas ou as sigilatas focences e cipriotas) encontram-se largamente documentadas em importantes sítios do litoral atlântico (particularmente as cidades costeiras) mas também em alguns lugares (*villae*) do interior rural meridional (FABIÃO, 2009). Estes materiais, tal como aqueles provenientes do Norte de África (ânforas, sigilatas e lucernas), continuariam a chegar durante pelo menos a primeira metade do séc. VI e a ser redistribuídos, através dos rios navegáveis, para outros pontos um pouco mais interiores. Nessas outras paragens do ocidente peninsular os fluxos comerciais com o mundo do Mediterrâneo oriental mantêm-se. A integração desta parte mais ocidental da península na rede alargada de intercâmbios do mundo de então não será questionável. Inclusivamente, em vários lugares da antiga província da Lusitânia (como a cidade de *Olysipona*), as unidades de produção de preparados de peixe terão continuado a laborar durante o séc. VI, podendo mesmo esta produção ter

³² Esta (a par do aumento dos utensílios em madeira ou cortiça) poderá ser uma característica marcante deste período: estas produções locais ou regionais, resultantes de um baixo desenvolvimento técnico, manter-se-ão invariáveis ao longo dos séculos aqui em análise, não se observando, se assim for, pautas de transformação interna particularmente expressivas – um “arcaísmo” de fabricos e formas compaginável com uma sociedade que, neste tempo longo, se manterá fechada sobre si própria.

então justificado as relações comerciais com o Império Romano do Oriente – esta seria assim uma das contrapartidas deste extremo do ocidente peninsular no quadro de intercâmbios com Mediterrâneo oriental de então (*IDEM*).

Esta ligação comercial com o Oriente desde os inícios do século V é claramente observável (tal como acontece no Mediterrâneo ocidental) em vários contextos do ocidente atlântico, incluindo também os do noroeste peninsular. Desde logo, encontra-se documentada pela presença de ânforas (normalmente as vinárias, orientais, LRA 1A) – acompanhando as produções africanas de sigilata (*FERNÁNDEZ*, 2013). Inclusivamente, este comércio com o Mediterrâneo oriental durante as últimas décadas do séc. V parece conhecer um notável incremento, face à quantidade significativa de cerâmicas importadas que se registam em vários pontos de toda a fachada atlântica, destacando-se agora, nomeadamente, a sigilata focense ou o material anfórico proveniente de Chipre, Síria e Palestina, continuando acompanhadas pela sigilata africana (*FERNÁNDEZ*, 2013). Esta intensa atividade comercial mantém-se, pelo menos até c. 540, revelando depois a generalidade dos sítios uma quebra significativa destes fluxos durante a segunda metade do séc. VI – ainda que se observem exceções: em Vigo continuam a observar-se importações de todo o tipo de produtos mediterrâneos (sobretudo orientais) durante toda a segunda metade do VI e os inícios do VII (*IDEM*).

No Noroeste peninsular este panorama pode generalizar-se tanto aos núcleos de povoamento agrupado (cidades e *vici*) como às *villae* do litoral atlântico, podendo ainda estender-se a todos os locais facilmente abastecidos pelas vias fluviais. Nas regiões mais interiores, porém, este registo material modifica-se substancialmente. Mesmo nas cidades mais importantes este padrão de importações já não é o mesmo e quando aparecem produtos orientais ou norte-africanos são claramente residuais. As redes de comércio nesta Antiguidade Tardia, mesmo nos períodos em que se mostram particularmente firmes e ativas, não se estendem de igual modo às regiões mais interiores do noroeste da península. A produção e comercialização de cerâmica e de outros materiais tornar-se-á muito mais regionalizada (*CABALLERO et alii*, 2003). A este nível, portanto, a recente investigação sustenta que estaremos em presença de dois “mundos” distintos: o do litoral e o do interior.

Um quadro semelhante é esboçado também para o Centro e Noroeste da península. Com efeito, a investigação conduzida nos últimos anos por Vigil-Escalera (2003, 2007b, 2011, 2012) também aponta no sentido do que tem sido aqui proposto. Nas regiões em torno de Madrid e Toledo são muito escassos os materiais de importação (o que dificulta, desde logo, a obtenção de cronologias). Aí não se verifica a inter-relação comercial (intensa) por via marítima observada nas cidades costeiras – os distritos rurais interiores

destas cidades só receberam muito esporadicamente produtos de importação. Mesmo a circulação de moeda não deixou um expressivo rasto – i.e., surgem algumas moedas visigodas e quando surgem são já recolhidas em contextos posteriores (o que sugere uma certa probabilidade de tesaurização, dado também o seu alto valor intrínseco e mesmo simbólico).

A sul do Tejo, em certas regiões mais interiores, o panorama observável apresenta algumas similitudes, ainda que este contexto geográfico específico também encerre alguma variabilidade. Em Mérida as redes do comércio africano, assim como do comércio foceense tardio, revelam-se activas pelo menos durante a primeira metade do séc. VI. Aqui – numa das cidades que continua a funcionar como tal, mantendo muitas das suas funções urbanas – reflete-se com nitidez o mundo bizantino (QUARESMA, 2013). O mesmo já não parece verificar-se em cidades como a *Ammaia*, onde se questiona mesmo a presença de uma Antiguidade Tardia visigótica (*IDEM*)³³. A partir de meados do séc. V os materiais importados deixam de surgir no registo arqueológico, podendo esta marcante alteração resultar de uma quebra nas redes de comércio e/ou de um abandono generalizado de certos lugares centrais (como será o caso da cidade de *Ammaia*) que, mesmo quando foram apenas redimensionados, podem ter perdido a sua função urbana.

Mas, a propósito das importações, regressemos à nossa região de estudo. O que a este nível se passa mais a norte, em núcleos urbanos como *Egitania*, não o sabemos. Aqui, pela ausência de estudos, o padrão de importações em Idanha-a-Velha é, em grande medida, desconhecido. Mas o que está publicado, neste caso relativamente às ânforas (BANHA, 2010), aponta para “uma quase ausência de contentores vinários baixo-imperiais” e, no que respeita aos preparados de peixe, para a prevalência das produções lusitanas a partir do séc. III (que substituirão as da Bética) (*IDEM*: 272-275). Seja como for, da curta amostra estudada não podemos propriamente inferir que os contactos comerciais com a bacia do Mediterrâneo tenham activamente prosseguido a partir do séc. V – mas também não o podemos negar, face à falta de estudos. De todo o modo, se há sítio cujos contextos estratigráficos encerrarão um enorme potencial para aferir a rede de intercâmbios culturais e comerciais com outras paragens mais ou menos longínquas durante este período, esse lugar será, precisamente, Idanha-a-Velha.

No restante território da Beira interior, não obstante os trabalhos de campo que tem sido efetuados nos últimos anos, este tipo de importações rareiam ou não se observam. Os testemunhos conhecidos de materiais orientais chegados por via marítima são marcadamente residuais. E quando

³³ José Carlos Quaresma (2013), com base no conjunto de materiais que estudou desta cidade, a dado passo refere que “de momento não podemos falar de uma *Ammaia* suevo-visigótica”.

aparecem essas peças afiguram-se nestes contextos como verdadeiramente exóticas. À cabeça encontra-se o *exagium* / peso-padrão em bronze (com as siglas indicativas do valor incrustadas em prata), eventualmente datável do séc. VI-VII, recolhido por Bairrão Oleiro (em 1951-52) nas escavações da Póvoa do Mileu³⁴. O achado deste ponderal bizantino, desde logo, parece denunciar a existência de “«mercado», com sistemas de pesos reconhecidos, aferidos e aceites” (FABIÃO, 2009: 38) ou mesmo uma circulação comercial que noutras paragens (como Mérida) anda inclusivamente associada à presença de comerciantes orientais. Todavia, por não sabermos o seu contexto estratigráfico de achado, nem se encontrar em associação com outros materiais coevos e importados, não nos parece que, com base nesta peça avulsa, se possa integrar este local nas redes de intercâmbio mais latas claramente atestadas noutras longitudes e latitudes peninsulares. Trata-se ainda de uma peça recolhida num sítio (que tem sido objeto de escavação e estudo nos últimos anos) onde não se identificam materiais dos séculos VI-VII, mas que voltou a ser reocupado no séc. X/XI – e a cronologia de perda ou abandono desta peça singular pode ser bem distinta da sua cronologia de fabrico e utilização. De todo o modo, mesmo admitindo que este material avulso possa ter sido perdido em época bem posterior à sua utilização, convém recordar que o sítio da Póvoa do Mileu não terá sido propriamente um sítio rural romano perdido nos confins do Império, podendo antes ter correspondido a uma capital de *civitas*, situado num trajeto de uma importante via. E essa possível centralidade poderá ter continuado a expressar-se de algum modo em épocas posteriores. Sendo assim, não esquecendo também a moeda visigótica achada nos Castelos Velhos (sítio que se erguia a poucas centenas de metros de distância), será de certa maneira expectável que futuras intervenções noutras áreas deste lugar possam documentar uma ocupação durante o período aqui analisado, estabelecendo mesmo a ponte com os séculos X/XI, registados tanto no Mileu como nos Castelos Velhos.

Os produtos e os estímulos culturais que chegam a esta região não serão idênticos àqueles que se registam noutras paragens. A redução parece ser drástica³⁵. As redes de comércio ter-se-ão contraído e regionalizado. Se alguns produtos importados continuam a chegar será com uma intensidade bem distinta. E não chegarão do mesmo modo materiais importados por que

³⁴ Segundo Palol (1949), não obstante as dificuldades em lhes atribuir uma cronologia precisa, o sistema ponderal com estas siglas (omicron e digamma) parece datar do último quartel do séc. VI, prolongando-se pelo séc. VII. Para um estudo atualizado sobre ponderais da Antiguidade Tardia, cf. Christopher, 2008.

³⁵ Catarina Tente, para o Alto Mondego e com base no conhecimento aprofundado que tem do terreno, tinha já considerado que as populações desse território “entregue a si próprio” viveriam, entre o séc. V e X, em “regime de autarcia” (TENTE, 2009: 155).

razão? Terá havido um aumento da insegurança nesta zona em particular que inibiu os intercâmbios comerciais? Ou estes não foram estimulados face a um empobrecimento generalizado da população e/ou a uma significativa redução da densidade populacional? Ter-se-á diluído ainda a inter-relação entre o campo e a atividade dos poucos centros urbanos? Ou, em suma, deixou de haver um significativo mercado para esses artigos importados (resumindo-se este às sedes de bispado e de algumas paróquias)? Independentemente das razões, este novo cenário não deixará de refletir a diluição da complexa e eficiente rede de produção e distribuição anterior, capaz de colocar alguns materiais importados nos lugares mais recônditos do Império. Ao contrário de outrora, estes materiais importados, quando agora se identificam, parecem apenas surgir associados a lugares centrais que se destacam no padrão de povoamento, associados exclusivamente aos setores mais privilegiados da população

Face a um cenário assim esboçado, os níveis materiais de sofisticação, que em muitos aspetos se generalizam em época romana, parecem agora observar-se apenas em poucos lugares e ao nível dos estratos sociais mais elevados. Por conseguinte, não nos parece que se tenha mantido “o modo de vida à romana” – e muito menos um certo “modo de vida sofisticado”, se utilizarmos uma expressão de Ward-Perkins (2005). Este terá sido fortemente abalado, dissolvendo-se com maior ou menor intensidade, consoante a região, nestes tempos que se tornaram ásperos após a chegada dos povos germânicos. Se a proposta de ajustamento e continuidade a partir do séc. V encontra assento noutras paragens, aqui parece não encontrar argumentos que a fundamentem.

Mas outras alterações significativas parecem ter-se processado. Vejamos um último exemplo: o da mineração. Como sabemos, esta constitui uma das principais marcas distintivas do interior norte da Lusitânia em época romana, sendo incontornável quando, antes de mais, as questões de ordem económica são abordadas. Em época Alto-Imperial tanto as paisagens rurais como as urbanas acabam por refletir a desenvoltura que esta atividade mineira atingiu, particularmente no que concerne à mineração aurífera, desenvolvida sob a alçada do Estado. Todavia, e à semelhança do que acontece noutras regiões, para a Antiguidade Tardia não existem sinais que denunciem um prolongamento de toda a dinâmica antes criada. Há mesmo indicadores que sugerem uma retração significativa da atividade mineira durante o séc. III e, sobretudo, o abandono quase total (ou mesmo total, no Noroeste) da exploração mineira aurífera nos inícios desse século (DOMERGUE, 1990: 309-314; SÁNCHEZ-PALENCIA, 2003: 152-155). Não obstante a ausência de estudos concretos para o período tardo-romano, devemos naturalmente admitir que as explorações mineiras locais, de âmbito artesanal/doméstico

ou não industrial, terão continuado a processar-se um pouco por todo o lado (ainda que estas sejam agora dificilmente observáveis no registo arqueológico, tanto aquelas que se efetuaram nos aluviões dos principais cursos de água, como aquelas que continuaram pontualmente a desenrolar-se em lugares antes explorados a larga escala)³⁶. Contudo, esta atividade terá deixado de marcar como antes tinha marcado a face destas regiões do interior norte – a este nível, determinante em termos socioeconómicos (com repercussões ao nível do povoamento), também não existe qualquer sinal de continuidade, nem sequer de mero ajustamento.

Este cenário pouco preenchido que apresentamos é desenhado em função do que se observa nestas regiões do interior norte. É uma proposta esboçada com base no registo arqueológico conhecido no terreno. Para aqui não se transladam quadros de outras paragens, sobretudo mais meridionais e litorais. Aí, nessas outras regiões da anterior Lusitânia romana, esse registo é claramente diferente. Aí o pano de fundo também é outro, mais condizente com o que se documenta nas regiões mediterrânicas. Os estímulos e os contactos são outros. O quadro geopolítico também não foi exatamente o mesmo. Nessas latitudes as paisagens urbanas, rurais e sociais ganham outros contornos (e conhecem-se também melhor), favorecidos por um registo arqueológico mais expressivo, amplo e diversificado, onde pontificam os materiais forâneos. Nas regiões que estudamos, porém, essa realidade não se observa – e não se deve forçar a sua transposição, mediante a importação de modelos que poderão até aplicar-se naturalmente a outras regiões mas não a estas. A paisagem que para aqui pode ser esboçada é claramente outra, não devendo ser preenchida com base na sobrevalorização de “materiais-tipo” cujo achado é pontual, residual, quase sempre achados de superfície, descontextualizados, que ajudam a compor as paisagens noutras áreas mais a sul ou junto ao litoral pelo facto de aí se encontrarem associados a outros e em registos estratigráficos expressivos.

Consoante a região, portanto, é de forma manifestamente distinta que se revelará este tempo que corre entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. As diferenças regionais serão notórias. A heterogeneidade do registo será resultado da heterogeneidade das paisagens sociais. A heterogeneidade territorial em termos de padrões de povoamento será fruto de dinâmicas regionais diferenciadas, libertas, antes de mais, do forte traço de união

³⁶ Mesmo a exploração de ouro pode ter continuado a fazer-se nestas regiões a uma escala bem mais reduzida, ainda que, por exemplo, as cunhagens de *tremisses*, como as de *Egitania* ou de *Monecipio* não o exigissem necessariamente, face à possibilidade de reutilização nessas novas cunhagens do ouro entesourado ou em circulação (cf. SÁNCHEZ-PALENCIA, 2003: 155).

que configurava o Império Romano. E serão de ordem diversa os motivos específicos para que tal se verifique: houve regiões, por exemplo, em que foi notório o impacto dos movimentos migratórios, do estabelecimento de populações bárbaras, enquanto noutras este fenómeno será praticamente inexistente – distinção que não deixa de se refletir no registo arqueológico, tanto em termos dos espaços habitados como dos funerários; houve outras (como será aquela que estudamos), mais periféricas relativamente aos novos centros de poder e aos principais eixos comerciais, em que as próprias condições pouco generosas do meio físico, aliadas porventura a uma maior insegurança (fomentada por uma maior proximidade em relação a uma zona de fronteira), terão originado uma rarefação do povoamento e a tendência para a sua concentração apenas em alguns núcleos – aqui, nestas terras pobres e pedregosas, os matos terão ganhado terreno aos cultivos e pastos do período romano³⁷. Nestas últimas, os núcleos de povoamento agrupado, altos e amuralhados, a par daqueles outros que cresceram em torno de algumas antigas *villae* (e das suas igrejas), ou ainda daqueles consolidados em redor dos edifícios episcopais e paroquiais, seriam a melhor representação simbólica da sociedade de então, na medida em que esta é tanto constituída como representada pelas construções e pelos espaços que cria.

As muralhas e as *ecclesiae* serão as novas imagens de marca deste território cerzido por núcleos de povoamento agrupado. Determinante, como se sabe, foi o papel desempenhado pela Igreja – a Igreja, ao sobreviver à queda do Império Romano do Ocidente e ao associar a esfera temporal à espiritual, assume-se como elo privilegiado de ligação entre a velha e a nova sociedade. Nela se deposita o que restava do saber e da cultura romana e nela residirá em parte a ordem que as invasões germânicas colocaram em causa. Com a desagregação do mundo romano (com o colapsar da sua cobertura jurídico-regulamentar, numa fase pós-*civitates*), o poder religioso começa por desempenhar um papel fulcral ao nível da administração e da fiscalidade. O *Parrochiale Suevum*, ao desenhar as divisões eclesiásticas, centradas nas sedes episcopais (e respetivas paróquias), começa por refletir precisamente essa necessidade de reorganização territorial, tanto sob o ponto de vista fiscal como da governação do reino. Este reordenamento, por sua vez, espelhará também a captura do poder político dos *regna* por parte do poder religioso, moderando-o e concorrendo assim para a regulação dos costumes – neste

³⁷ Os conhecidos estudos polínicos em duas lagoas da Serra da Estrela (JANSSEN e WOLDRING, 1981; VAN DER KNAAP e LEEUNWEN, 1995) parecem denunciar uma maior pressão antrópica sobre os ecossistemas (com a desflorestação arbustiva e arbórea) a partir do séc. X/XI – i.e. mais pastos e terras de cultivo terão surgido precisamente no momento em que trabalhos como os de Catarina Tente (antes referidos) registam uma rede de novos povoados.

como noutros territórios (e nas cidades muito em particular) o poder passa a ser doravante exercido pela força persuasiva da religião cristã.

Mas o poder político já não se funda na unidade do Império. O poder político fragmenta-se e uma nova geografia, aparentemente desenhada por uma territorialidade mais difusa, surge no lugar da geografia política antiga. A cartografia das estruturas de poder modifica-se. Ainda que a organização suevo-visigótica do território religioso decalque em grande medida o ordenamento administrativo romano, as alterações são notórias – a ordem territorial refaz-se³⁸. Agora, na orla de uma franja fronteiriça, ocupando uma posição periférica no mapa da geografia política e religiosa desse tempo, distantes dos principais centros de poder de então, estas paisagens seriam desenhadas por um povoamento mais rarefeito e heterárquico³⁹.

Ajustamento ou rotura? A resposta a esta questão poderá diferir de lugar para lugar. Poderá também diferir consoante a temática específica em análise. Mas na região em estudo as alterações terão sido muito significativas. Mais do que defender a tese da “regressão civilizacional” (WARD-PERKINS, 2005), preferimos antes dizer que o quotidiano dessas gentes ter-se-á substancialmente alterado e, na sequência do colapso da estrutura imperial romana, da perda de algumas referências que até então ordenavam o “mundo”, pouco continuará a ser como dantes. O mundo romano cedeu claramente o seu lugar a um outro.

Em determinados âmbitos, parece que a investigação é incontroversa e tudo se apazigua quando esta não defende a hipótese de quebras e declínios; ou quando, mesmo não havendo indicadores, se ignora ou subvaloriza essa ausência ou quase ausência do registo histórico e arqueológico; e quando, não obstante o que se (não) observa no terreno, se defende uma evolução na continuidade e um ajustamento a um tempo novo. O negativo parece até ser de algum modo despotenciado e, inclusivamente, rejeitado e não tolerado, quando à partida o que está particularmente em causa é a Idade Média. Todavia, a história também é feita de roturas, mais ou menos profundas, que podem assumir mesmo a forma de claros retrocessos, marcados por um empobrecimento material generalizado. E a história também nos mostra que as crises têm sempre efeitos assimétricos: afetam uns mais do que outros

³⁸ Nesta análise o espaço é entendido como um conceito mais social e político que geográfico, resultante de processos sociais que o podem modificar de forma substantiva, anulando mesmo aquele antes constituído e enraizado ao longo de alguns séculos em torno de sedes e territórios romanos bem delimitados.

³⁹ O modelo de povoamento romano, cujas relações de interdependência se organizam de forma hierárquica, em torno de um centro, cederá lugar a um outro mais estruturado em forma de rede, com uma maior margem para que cada comunidade se organize por si própria, não obstante o espantilho de uma coesão política, ainda que forçada.

ou mostram-se claramente em certas paragens, enquanto noutras passam despercebidas, não sendo, portanto, necessariamente generalizáveis. Poderíamos procurar ultrapassar esta carga demasiado negativa utilizando o termo “ajustamento”; contudo, a ser assim, tal como hoje, seria uma forma eufemística de falar em empobrecimento. Para esta segunda metade do séc. V e séc. VI e VII, no estado em que se encontra a investigação nestas regiões mais interiores, preferimos por agora falar em profunda transformação ou mesmo em rotura e declínio.

Mas esta discussão precisa ainda de prosseguir. A base documental para estes séculos pós-romanos nesta região não se encontra ainda devidamente consolidada. É necessário mais trabalho de campo e de gabinete, com olhares distintos e renovados. Os trabalhos no terreno poderão corroborar algumas das hipóteses que aqui deixamos. Mas também poderão constatar a existência de muitos sítios rurais cuja escavação revele testemunhos desse período e um percurso sem particulares convulsões. Outros sítios, já escavados, carecerão de uma revisão da estratigrafia e dos materiais – talvez algumas cerâmicas tardias e importadas não tenham sido ainda classificadas como tais; outras, de fabrico local e/ou regional, não se mostram e não têm sido identificadas como sendo desta época. Outros sítios ainda, com base em novas escavações e num cuidado registo estratigráfico, documentarão seguramente uma ocupação expressiva da Antiguidade Tardia em diante – talvez sejam, sobretudo, centros de poder, claramente diferenciados de tudo o resto, como será o caso de Idanha-a-Velha.

Em suma, face a esta quase ausência de documentação escrita, de perda das evidências, ou dificuldade em se identificar (interpretar) o que se observa no registo arqueológico, não é fácil a demanda do sentido e da inteligibilidade do mundo de então. Não é fácil, para esta época, cartografar o espaço político e social. De algum modo, a segurança da “normalidade”, de um discurso feito com base em descrições já estabelecidas que por vezes cai confortavelmente nos “lugares-comuns” e no replicar generalizado de outros cenários, não pode deixar de dar lugar a uma outra narrativa mais controversa, que poderá resultar precisamente tanto da busca do “invisível” como da pesquisa de “irregularidades” ou de “excepcionalidades” – e poderá ser precisamente nestas que residirá a identidade destas terras.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (2000), “Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia”, *Sociedad y cultura en Lusitania romana* (IV Mesa Redonda Internacional), Mérida, 165-172.

ALARCÃO, Jorge de (2001a), “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, n.º 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, p. 293-349.

ALARCÃO, Jorge de (2001b), “As paróquias suélicas do território actualmente português”, in Villar, F. e Fernández Álvarez, M.ª P. (Eds.), *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*, Univ. Salamanca, p. 29-59.

ALARCÃO, Jorge de (2002-2003), “A *Splendidissima Civitas* de Bobadela (Lusitânia)”, *Anas*, 15-16, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, p. 155-180.

ALARCÃO, Jorge de (2004), “Da Idade do Bronze Final ao Período Suélico no distrito de Castelo Branco”, *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior*, IPM, Castelo Branco, p. 47-53.

ALARCÃO, Jorge de (2012), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia - VI”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 15, p. 117-118.

ALBUQUERQUE, Elisa e SANTOS, Constança (2007), “Intervenção arqueológica na Capela de São Pedro da Capinha (Fundão)”, *Al-madan*, n.º 15, II.ª Série, p. 5.

ALMEIDA, Fernando de (1956), *Egitânia. História e Arqueologia*, Faculdade de Letras, Lisboa.

ALMEIDA, Fernando de, (1962), *Arte Visigótica em Portugal*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, Fernando de (1965), “O baptistério paleocristão de Idanha-a-Velha (Portugal)”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XXXI, Valladolid, Universidad de Valladolid, p.134-136

ÂNGELO, Maria João (2012), *Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Fundão): do aglomerado urbano secundário romano (?) à Comenda Medieval*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, FLUC, Coimbra.

ARIÑO GIL, Enrique y DÍAZ, Pablo C. (1999), “La economía agraria de la Hispania romana: colonización y territorio”, *Studia Historica. Historia Antigua (Estudios de economía antigua de la Península Ibérica. Nuevas aportaciones)*, Ed. Universidad de Salamanca, p. 153-192.

ARIÑO GIL, Enrique, RIERA I MORA, Santiago y RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, José (2002), “De Roma al Medievalo. Estructuras de hábitat y evolución del paisaje vegetal en el territorio de Salamanca”, *Zephyrus*, Universidad de Salamanca, p. 283-309.

BANHA, Carlos (2010), “Ânforas romanas de Idanha-a-Velha na colecção do

MFTPJ”, *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: Cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro*, Museu Francisco Tavares Proença, Castelo Branco, p. 237-286.

BARROCA, Mário (1992), “A inscrição de Sta. Maria de Açores (666). Nova leitura”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.^a série, IX, pp. 507-516.

BERNARDES, João P., GOMES, Luís F. e CARVALHO, Pedro S. (1999), “O Assentamento Romano da Quinta da Fórnea (Belmonte, Castelo Branco): uma intervenção arqueológica de emergência”, *Actas do 1º Encontro de Estradas e Arqueologia – 1998*, JAE, Lisboa, p. 81-94.

CABALLERO, Luis, MATEOS, Pedro y RETUERCE, Manuel (eds.) (2003), *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: ruptura y continuidad*, Madrid.

CARVALHO, Pedro C. (2003), “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”, *Conimbriga*, XLII, p. 153-182.

CARVALHO, Pedro C. (2005), “Identificação e representação espacial das capitais de *civitates* da Beira interior”, *Actas das 2.as Jornadas de Património da Beira Interior (Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia)*, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, p. 155-169.

CARVALHO, Pedro C. (2007a), “Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana”, *Conimbriga - Anexos 4*, Ed. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Pedro C. (2007b), “Terlamonte I (Teixoso, Covilhã): uma quinta romana no interior norte da Lusitania”, *Conimbriga*, vol. XLVI, 2007, p. 207-250.

CARVALHO, Pedro C. (2009), “O *forum* dos *Igaeditani* e os primeiros tempos da *Ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, Portugal)”, *Archivo Español de Arqueología*, n.º 82, CSIC, Madrid, p. 115-131.

CARVALHO, Pedro C. (2010a), “O interior norte da Lusitânia romana: resistências, mudanças e rupturas nos primeiros tempos do Império”, *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania* (Inés Sastre y Alejandro Beltrán, editores), Ed. Junta de Castilla y León, p. 79-91.

CARVALHO, Pedro C. (2010b), “A caminho do Douro na época romana. Da capital da *ciuitas Igaeditanorum* aos territoria dos *Lancienses*, *Araui*, *Meidubrigenses* e *Cobelci*”, *Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos “sin pasado”. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero* (Eds. N. CUBAS MARTÍN, D. HIDLGO RODRÍGUEZ y M. SALINAS DE FRÍAS), *Aquilafuente*, 171, Ed. Universidad de Salamanca, p. 125-138.

CARVALHO, Pedro C. (2012), “Pela Beira Interior no século I d.C.: das capitais de *civitates* aos *vici*, entre o Pônsul e a Estrela”, *Actas V Congresso de*

Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal, Mêda, Foz Côa e Figueira de Castela Rodrigo, p. 333-350.

CARVALHO, Pedro C. (no prelo), “A estalagem romana da Raposeira (Mangualde)”, *A Estalagem Romana da Raposeira (Mangualde)*, Ed.: Município de Mangualde / ArqueoHoje, Ld^a.

CARVALHO, Pedro C., RIBEIRO, Carla, SILVA, Ricardo e ALMEIDA, Sara (2002), “Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa – Fundão (1.^a campanha de prospecção intensiva)”, *Conimbriga*, XLI, p. 127-152.

CARVALHO, Rogério e CABRAL, M. Costa (1994), “A villa romana dos Barros – Oledo. Primeira notícia”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XV, p. 61-82.

COIXÃO, António Sá (1996), *Carta Arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

COIXÃO, António Sá (1999), *Rituais e cultos da morte na região de entre Douro e Côa*, Ed. da ACDR de Freixo de Numão,

COIXÃO, António Sá e SILVINO, Tony (2006), “O sítio arqueológico do Rumansil I (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Portugal), *Côavisão – Cultura e Ciência*, n.º 8, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 118-137.

COLMENERO, A. Rodríguez (1993), *Corpus – Catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*, Ed. Do Castro, Coruña.

COSME, Susana (2002), *Entre o Côa e o Águeda. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).

CRISTÓVÃO, José (2002), *As muralhas romanas de Idanha-a-Velha*, Coimbra (dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).

CURADO, F. Patrício (2004), “A Martim Calvo e aos povoadores do Fundão”, *Eburobriga*, n.º 2, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, Fundão, p. 77-115.

CURADO, F. Patrício, FERREIRA, M. Céu e LOBÃO, João (2013), Vilares (Trancoso), *Aspetos da Romanização das Terras Beirãs de entre Tejo e Douro*, Ed. ARA e CMCB, Celorico da Beira, p. 30.

DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siècles*. Lisboa: Portugália Editora; Paris: Les Belles Lettres.

DOMERGUE, C. (1990), *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, Collection de l'École Française de Rome, 127, Roma.

ENTWISTLE, Christopher (2008), *Late roman and byzantine weights and weighing equipment*, Oxford.

FABIÃO, C. (1993), A Antiguidade tardia e a desagregação do Império. In: Medina, J. (dir.) *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. III. Amadora: Ediclube: 11-32.

FABIÃO, C. (2009), “O ocidente da península Ibérica no séc. VI: sobre o *pentanummius* de Justiniano I encontrado na unidade de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa”, *Apontamentos de Arqueologia e Património* - 4, p. 25-49.

FARIA, António Marques de (1985), “Subsídios para um Inventário dos Achados Monetários do Distrito da Guarda”, *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, 1, Lisboa, p. 679-689.

FARIA, António Marques de (1988), “On Finds of Suevic and Visigothic Coins in the Iberian Peninsula and their Interpretation”, in Mário MARQUES y David Michael METCALF (eds.), *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, 3, Santarém, p. 71-88.

FERNANDES, A. de Almeida (1997), *Paróquias Suevoas e Dioceses Visigóticas*, Arouca.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2011), *El comercio Tardoantiguo (ss. IV-VII) en el Noroeste peninsular a través del registro cerámico de la ría de Vigo*. Tesis doctoral, UVigo.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2013), O comércio tardoantigo no Noroeste Peninsular, *Serie Trivium* 48, Editorial Toxosoutos, Noia.

FRADE, Helena (2005): “A Torre de Centum Celas: uma *villa*, uma família, quatro séculos”, *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, CEI / ARA, Guarda, p. 251-265.

FRADE, Helena, CAETANO, J. C., PORTAS, C. e MADEIRA, J. L. (1995), “Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXV, fasc. 4.º, (1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas, vol. III) SPAE, Porto, p. 221-241.

FUMAGALLI, Vito (1993), *L'alba del Medioevo*, Il Mulino, Bologna.

GARCIA, António Elias (1940), “As moedas visigodas de Monecipio”, *Subsídios para a história regional da Beira Baixa* (ed. J. Ribeiro Cardoso), Castelo Branco, p. 97-108.

GARCÍA-BELLIDO, María Paz; BLÁZQUEZ CERRATO, María de las Cruces (2001), *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos. Con una introducción a la numismática antigua de la Península Ibérica*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

GARCIA MORENO, L. A. (1976), «Hidacio y el ocaso del poder Imperial en la Península Ibérica», *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 89 (1), p. 27-42.

GUERRA, Amílcar (2007), “Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcudani) e outras questões conexas”, *Conimbriga*, XLVI, pp. 161-206.

GUIMARÃES, J. Gonçalves (2000), “Cerâmica romana e medieval de Ervamoira”, *Beira Interior História e Património*, Guarda, p. 171-184.

GUIMARÃES, J. Gonçalves (2003), “Ervamoira: da granja romana à quinta

medieval de Santa Maria, uma hipótese de musealização das ruínas”, *Côavisão – Cultura e Ciência*, n.º 5, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 73-84.

JANSSEN, C.R. e WOLDRINGH R.E. (1981), “A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from Serra da Estrela, Portugal”, *Finisterra*, XVI-32, p. 299-309;

JORGE, A. M. C. M. (2002), *L’épiscopat de Lusitanie pendant l’Antiquité tardive (III – VII ème siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

MAROT, T (1997), “Aproximación a la circulación monetaria y las Islas Baleares durante los siglos V y VI: la incidencia de las emisiones vándalas y bizantinas”, *Révue Numismatique*, vol. 6, 152, p. 157-190.

MAROT, T. (2000-2001), “La Península Ibérica en los siglos V-VI: consideraciones sobre provisión, circulación y usos monetarios”, *Pyrenae*, 31-32, p. 133-160.

MARQUES, António (2011), *A ocupação romana na Bacia de Celorico*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, FLUC, Coimbra.

MARTÍN VISO, Iñaki (2005), “En la periferia del sistema: Riba Coa entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI)”, en Rui JACINTO y Virgilio BENTO (coords.), *I Conferencias Territórios e Culturas Ibéricas (Guarda, 2-3 de diciembre de 2004)*, Oporto, pp. 186-208.

MARTÍN VISO, Iñaki (2007), “Las tumbas excavadas em roca y la organización socio-espacial de la comarca de Riba Côa en la Alta Edad Media”, *Territórios e Culturas Ibéricas II, Iberografias*, 10, CEI/Campo de Letras, Guarda, p. 131-144.

MARTÍN VISO, I. (2008), “Tremisses y potentes en el nordeste de Lusitania (siglos vi-vii)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 38:1, p. 175-200.

MARTINS, Carla Braz e COSME, Susana (2000), “O contributo do espólio cerâmico na interpretação da estação arqueológica de Aldeia Nova / Olival dos Telhões (Freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa)”, *Beira Interior História e Património*, Guarda, p. 159-170.

OSÓRIO, Marcos (2004), “Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)”, *Praça Velha*, Ano VII, n.º 15, 1.ª Série, Guarda, p. 5-15.

OSÓRIO, Marcos (2012), *Sortelha: segredos por desvendar*. Sabugal: E.M. Sabugal+.

OSÓRIO, Marcos (no prelo), “Mapeando o mundo romano a Poente da serra da Estrela”, *Simpósio Internacional: Sociedade, Cultura e Economia nas regiões serranas da Hispânia Romana*, Guarda e Celorico da Beira (26-28 setembro de 2013), org. CEI, ARA e CMCB.

OSÓRIO, Marcos; SILVA, Ricardo Costeira da; NEVES, Dário; PERNADAS, Paulo (2008), “O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Coa”. *Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional*. Vol. 3. Porto, p. 98-115.

PALOL, P. (1949), "Ponderales y 'exagia' romanobizantinos en España", *Ampurias*, 11, p. 127-150.

QUARESMA, José C. (2013), "Cerâmicas finas e territorialidade no Baixo-Império e Antiguidade Tardia: o caso da Ammaia (São Salvador de Aramenha, Marvão)", In BERNAL, D.; et al., eds., *I Congreso Internacional de la SECAH - EX OFFICINA HISPANA. Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*, Cadiz, 3- 4 de Março de 2011 (Monografías Ex Officina Hispana; 1), p. 227-236.

QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2010), "La arqueología de las aldeas en el noroeste peninsular. Comunidades campesinas y poderes territoriales en los siglos V-X", en J.I. de la Iglesia Duarte (ed.), *Monasterios, espacio y sociedad en la España cristiana medieval*, XX Semana de estudios medievales (Nájera, 3-7 agosto 2009), Logroño, p. 225-256.

QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2011), "La arquitectura doméstica en los yacimientos rurales en torno al año 771, Zona arqueológica, 15, p. 63-82.

REAL, Manuel Luís (2000), "Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe", In CABALLERO ZOREDA, Luís; MATEOS CRUZ, Pedro, eds., *Visigodos y Omeyas: un debate entre la Antiguidade Tardía y la Alta Edad Media*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 21-75.

REIS, Pilar e SANTOS, Fernando (2006), "A villa romana do Prado Galego. Breves notas sobre a campanha de 2006", *III Congresso de Arqueologia, Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, vol. 3, Pinhel, p. 81-84.

ROBALO, Elisabete, OSÓRIO, Marcos e SANTOS, Bruno (2011-12), "Resultados da escavação do habitat romano da Raposa (Fundão)", *Eburobriga*, n.º 7, Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão, Fundão, p. 23-38.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1960), "Subsídios Numismáticos para o Estudo da Dominação Suévico-Visigótica na Região da Guarda – Elementos inéditos", *Bracara Augusta*, n.º IX, Braga, p. 5-9.

ROSA, João Mendes e BIZARRO, Joana (2011-12), "Intervenção arqueológica no Ervedal: balanço e resultados", *Eburobriga*, n.º 7, Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão, Fundão, p. 7-22.

RUSSEL CORTEZ, F. (1950), "Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII", *O Instituto*, Coimbra, 114, p. 52-92.

SÁ, Ana (2007): *Ciuitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*, Município de Idanha-a-Nova.

SÁNCHEZ ALBORNOZ, C. (1966), *Despoblación y repoblación en el Valle del Duero*, Buenos Aires.

SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (coord.) (2003), *Las Médulas. Patrimonio de la Humanidad*, Exposición en el Real Jardín Botánico del CSIC (Madrid, 16 de diciembre de 2002 a 23 de marzo de 2003), Salamanca.

SANTOS, Constança e ALBUQUERQUE, Elisa (2008), "Capela de S. Pedro

da Capinha”, *Eburobriga*, n.º 5, Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão, Fundão, p. 97-108.

SILVINO Tony, COIXÃO António Sá (2009), “*Coriscada, une grande villa romaine*”, *Archéologie*, 464 (Mars-09), p. 52-60.

TEJERIZO, Carlos (2012), “Early medieval household archaeology in Northwest Iberia (6th-11th centuries)”, *Arqueología de la Arquitectura*, 9, enero-diciembre 2012 Madrid/Vitoria, p. 181-194.

TENTE, Catarina (2007), “Paisagens humanas alto-medievais na Vertente Noroeste da Serra da Estrela (Portugal)”, *Territorio, Sociedad y Poder*, 2, Oviedo: Universidad de Oviedo, p. 87-108.

TENTE, Catarina (2009), “Viver em autarcia. A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X”, *Tiempos Oscuros – Territorio y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VI-X)*, Salamanca, p. 137-157.

TENTE, Catarina (2010), *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado.

TENTE, Catarina (2012), “Settlement and society in the Upper Mondego Basin (Centre of Portugal), between the 5th and the 11th centuries”, *Archeologia Medievale*, XXXIX, p. 385-398.

TORRES, Cláudio (1992), “A Sé-Catedral de Idanha”, *Arqueologia Medieval*, 1, Mértola, p. 169-178.

VAN DER KNAAP W.O. e LEEUNWEN J.F. (1995), “Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the serra da Estrela, Portugal”, *Review of Paleobotany and Palynology*, 89:3, p. 153-211.

VASCONCELOS, José Leite de (1917), “Pela Beira”, *O Archeologo Português*, vol. XXII, Lisboa, p. 293-344.

VAZ, João Inês (2011), “A arquitectura paleocristã da Lusitânia Norte”, *Máthesis*, 20, Viseu, p. 99-128.

VIGIL-ESCALERA Guirado, Alfonso (2000), “Cabañas de época visigoda: evidencias arqueológicas del Sur de Madrid. Tipología, elementos de datación y discusión”, *Archivo Español de Arqueología*, CSIC, Madrid, 73, p. 245-74.

VIGIL-ESCALERA Guirado, A., (2003), “Arquitectura en tierra, piedra y madera en Madrid (siglos V-IX d. C.). Variables materiales, consideraciones sociales”, *Arqueología de la Arquitectura*, 2, p. 287-291.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2007), “Granjas y aldeas altomedievales al norte de Toledo (450-800 d.C.)”, *Archivo Español de Arqueología*, CSIC, Madrid, 80, p. 239-284.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2009), “Las aldeas altomedievales madrileñas y su proceso formativo”, In Quirós Castillo, J. A. (Ed.), *The archaeology*

of early medieval villages in Europe. Universidad del País Vasco. Vitoria-Gasteiz: 315-339.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2011), “*Formas de poblamiento rural en torno al 711: documentación arqueológica del centro peninsular*”, *Zona arqueológica*, 15, 2, p. 189-204.

VIGIL-ESCALERA Guirado, A. (2012), “El papel de las comunidades rurales (entre Barbaros y Campesinos)”, *La trasformazione del Mondo Romano e le Grandi Migrazioni: Nuovi popoli dall’Europa Settentrionale e Centro-Orientale alle coste del Mediterraneo*, Atti del Convegno internazionale di studi Cimitile-Santa Maria Capua Vetere, 16-17 giugno 2011, Tavolario Ed., p. 75-88

WARD-PERKINS, Bryan (2005), *A queda de Roma e o fim da civilização*, Alêtheia, Ed.



FIG. 1 - Área central objeto de análise

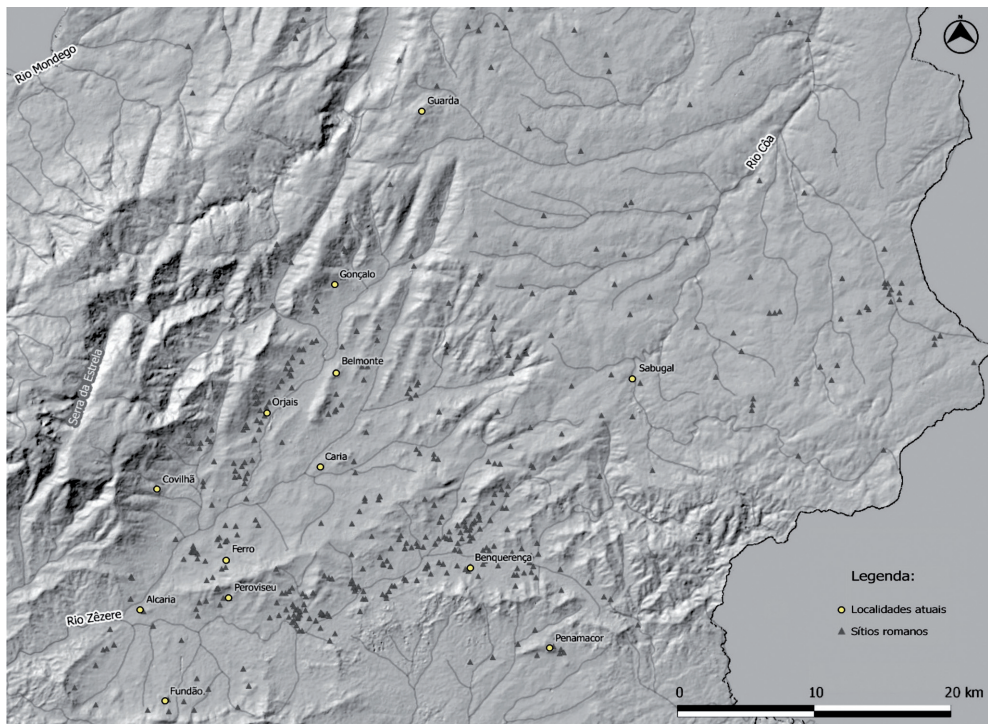


FIG. 2 - Distribuição do povoamento romano. *in* Marcos Osório (2013), Mapeando o mundo romano a Poente da serra da Estrela. Simpósio Internacional

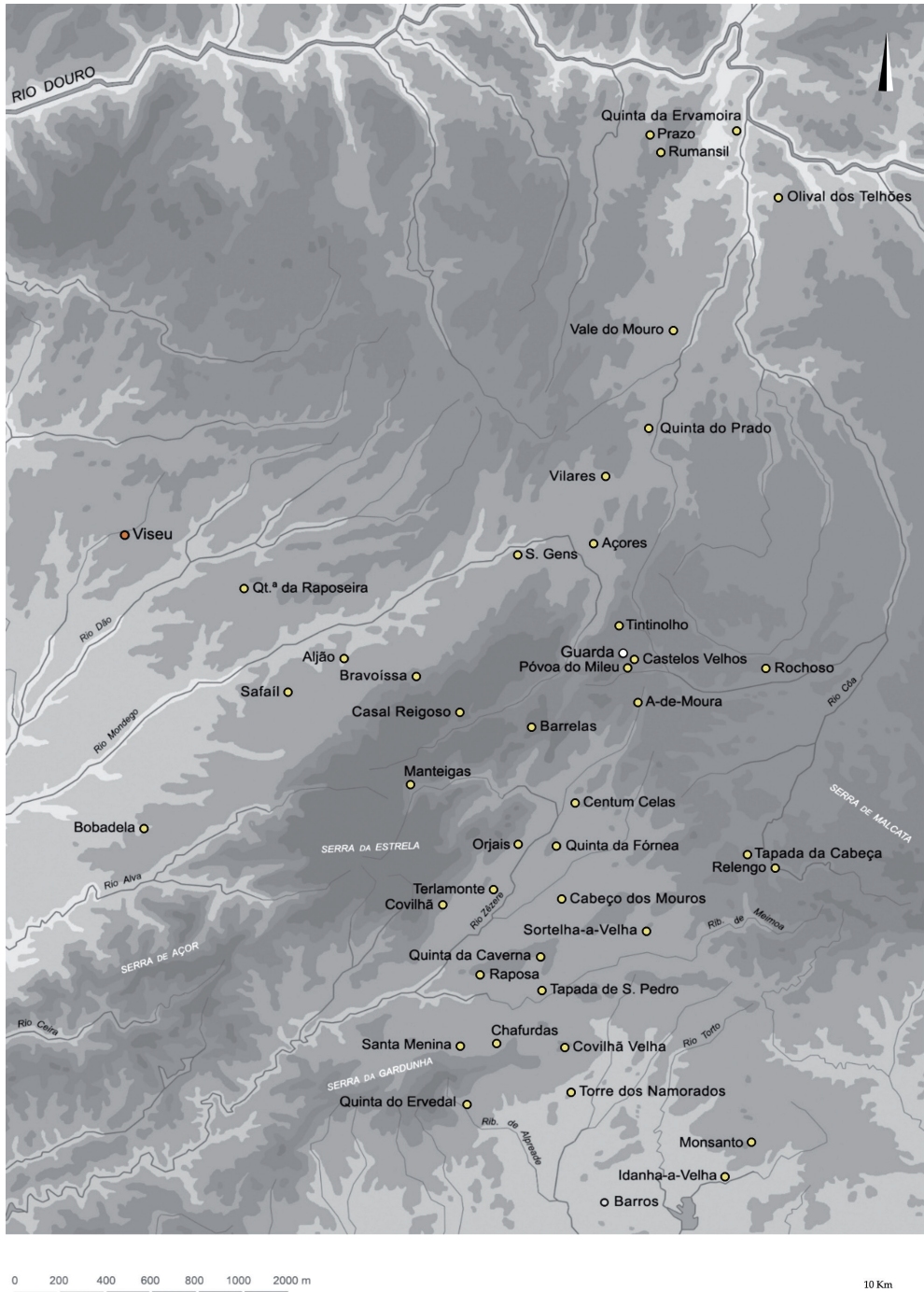


FIG. 3 - Lugares referidos no texto

Índice

INTRODUÇÃO	7
JOSÉ LUIS RAMÍREZ SÁDABA - Augusta Emerita entre romanos e bárbaros: testimonios epigráficos	9
JOSÉ d'ENCARNAÇÃO - Formulários epigráficos	35
AMÍLCAR GUERRA - Notas sobre as perdurações onomásticas pré-romanas no ocidente peninsular	47
MANUEL SALINAS DE FRÍAS - Un hito catastral de Constantino II y algunos aspectos relativos a Lusitania durante el siglo IV	71
JOÃO L. DA INÊS VAZ - Apontamentos de arquitectura e epigrafia paleocristãs da Lusitânia	89
PEDRO GOMES BARBOSA - Os judeus e as leis visigodas	113
MAURICIO PASTOR MUÑOZ - El final de los <i>Munera et Venationes</i> en Lusitania	121
JAVIER ANDREU PINTADO - Imagem imperial y ornamentación urbana en Lusitania: a propósito de los pedestales imperiales tardoantigos	151
JONATHAN EDMONDSON - The administration of Lusitania from the reforms of Dioclecian to c. 340	179
SABINE LEFEBRE - Réception du pouvoir impérial en Lusitanie de Dioclétien à la fin de la dynastie constantinienne	223
ANDRÉ CARNEIRO - Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo durante a Antiguidade Tardia	281

INÊS VAZ PINTO, ANA P. MAGALHÃES, PATRÍCIA S. BRUN - Tróia na Antiguidade Tardia	309
MARIA JOÃO CORREIA SANTOS - Mogueira: um espaço sagrado na encruzilhada de dois mundos	335
CATARINA TENTE, ADRIAAN DE MAN - O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu	375
PEDRO C. CARVALHO - O final do mundo romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia	397
JOÃO L. DA INÊS VAZ - À guisa de conclusão	437

Afinal, onde pára a nossa Lusitânia? Morreu?

Não, porque só há morte quando a memória desaparece e a memória da Lusitânia ressurgiu em força.

Aqui estamos hoje, não para decretar a morte da Lusitânia, mas apenas para uma paragem que nos levará a ressuscitar a memória cada vez mais viva e mais clara do que foi esse passado glorioso.

A handwritten signature in white ink, appearing to read "João Luís Az".



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património



Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR PORTUGAL



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

